



Universidade Federal
de Campina Grande



UFCG - Campus de Cajazeiras - PB

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA DO SEMIÁRIDO NORDESTINO

Renato dos Santos

**OS ASSENTADOS DO ALTO SERTÃO PARAIBANO E AS RELAÇÕES DE PODER
E SABER QUE TENSIONAM A CONSTRUÇÃO DE SUA IDENTIDADE
"CAMPONESA" E SEU ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA**

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Lucinete Fortunato.

Cajazeiras – PB
2011

Renato dos Santos

**OS ASSENTADOS DO ALTO SERTÃO PARAIBANO E AS RELAÇÕES DE PODER
E SABER QUE TENSIONAM A CONSTRUÇÃO DE SUA IDENTIDADE
"CAMONESA" E SEU ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em História do Semiárido Nordestino, da Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores, como requisito à obtenção do título de Especialista em História do Semiárido Nordestino.

Orientadora: Profª. Drª. Maria Lucinete Fortunato

**Cajazeiras - PB
2011**



Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Denize Santos Saraiva Lourenço - Bibliotecária CRB/15-1096
Cajazeiras - Paraíba

S237a

SANTOS, Renato dos

Os assentados do Alto Sertão Paraibano e as relações de poder e saber que tensionam a construção de sua identidade "camponesa" e seu espaço de convivência / Renato dos Santos. Cajazeiras, 2011.

66f.

Orientadora: Maria Lucinete Fortunato.

Monografia (Especialização) – EHSN/UACS/UFCEG

1. Camponês. 2. Identidade Camponesa. 3. Assentamento Rural - Sertão Paraibano Paraíba. I. Fortunato, Maria Lucinete. II. Título

UFCEG/BS

CDU - 316.343.37

Renato dos Santos

**OS ASSENTADOS DO ALTO SERTÃO PARAIBANO E AS
RELAÇÕES DE PODER E SABER QUE TENSIONAM A
CONSTRUÇÃO DE SUA IDENTIDADE "CAMPONESA" E
SEU ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA**

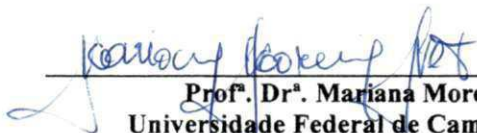
Esta monografia foi julgada adequada à obtenção do título de Especialista em História do Semiárido Nordeste, aprovada em sua forma final pelo Curso de Especialização em História do Semiárido Nordeste da Universidade Federal de Campina Grande.

Cajazeiras, 12 de setembro de 2011.

BANCA EXAMINADORA DA MONOGRAFIA



Prof. Dr^a. Maria Lucinete Fortunato
Universidade Federal de Campina Grande
(orientadora)



Prof. Dr^a. Mariana Moreira Neto
Universidade Federal de Campina Grande
(examinadora)



Prof. Dr. Josias de Castro Galvão
Universidade Federal de Campina Grande
(examinador)

Dedico este trabalho a minha mãe, exemplo de
mulher e heroína.

AGRADECIMENTOS

A Deus, o grande arquiteto do universo, que me deu discernimento e condições para que eu alcançasse mais esse projeto em minha vida.

RESUMO

Este trabalho objetivou problematizar até que ponto, a partir de um sentido de pertencimento, aproximação e/ou alteridade, os assentados do Alto Sertão Paraibano elaboram e legitimam a sua identidade como “camponesa”, bem como significam suas lutas e instituem maneiras de ver e dizer o “ser camponês”. Buscou-se apreender, ainda, como, e até que ponto, a atuação de diversas entidades que se relacionam com os assentados constitui um processo de disciplinarização que infere na elaboração de uma identidade para os mesmos, inferindo na percepção que eles tem sobre si e o espaço que convivem, realizam suas lutas e sua reprodução enquanto sujeitos. As fontes documentais utilizadas na pesquisa foram bibliográficas e entrevistas, as quais foram problematizadas por meio da análise de discurso.

Palavras-Chave: Camponês – Assentados – Identidade.

ABSTRACT

This work aimed to problematize to what extent, from a sense of belonging, approach and / or alterity, the settlers of the Upper Paraíba backwoods develop and legitimized their identity as "peasant" and signify their struggles and institute ways to see and say "being a peasant." We sought to apprehend, yet, how and to what extent, the activities of several entities that relate to the settlers constitutes a process of disciplinarization that infers the elaboration of an identity for themselves, inferring that the perception they have about themselves and living space, conduct their struggles and their reproduction as subjects. The documentary sources were used in the research bibliographic and interviews, which were problematized through discourse analysis.

Key-words: Peasant - Settlers - Identity.

LISTA DE SIGLAS

- ANVISA: Agência Nacional de Vigilância Sanitária
- ASA: Articulação do Semiárido
- BNB: Banco do Nordeste do Brasil
- CAAASP: Central de Associações de Assentamentos do Alto Sertão Paraibano
- CNBB: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- CPT: Comissão Pastoral da Terra
- DAP: Declaração de Aptidão Agrícola
- IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
- IFPB: Instituto Federal da Paraíba
- INCRA: Instituto de Colonização e Reforma Agrária
- PIBIC: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
- PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar
- PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- PRONERA: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
- RESAB: Rede de Educação do Semiárido Brasileiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I. A Lógica da Globalização: Identidade em Questão.	17
CAPÍTULO II. Assentamento: Espaço de produção\reprodução e construção\instituição do ethos e do “ser camponês”?	25
CAPÍTULO III. A instituição do “ser camponês”	38
3.1. Discursos e entidades que disciplinam e instituem o “ser” camponês e as relações de poder e saber que os tensionam	40
3.2. O assentado/camponês e as tramas, tessituras, tensões, poderes e saberes que o instituem	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS	65

INTRODUÇÃO

Historicamente, a política de terras no Brasil sempre foi desigual, concedendo privilégios a uns em detrimento da desgraça de outros. Fruto de uma colonização, que segundo Caio Prado Júnior (1987, p. 19 - 20) tinha um “sentido” definido, que era a produção de mercadorias para o mercado externo. O acesso a terra em nosso país priorizou a produção, o lucro em vez da sobrevivência, povoamento e reprodução humana, o que levou o governo a conceder terras a setores da sociedade que se apresentavam com predisposição para a produção de riquezas. Nesta perspectiva, a terra era concedida mediante acordos e negociações que segregaram parte da sociedade que não pôde participar ativamente desse processo.

Nossa primeira política de terras, a Lei de Sesmarias, concedeu terras apenas a quem já dispunha de recursos e/ou certa condição econômica na Metrópole portuguesa para explorá-la, permitindo que a terra se mantivesse concentrada e com fins definidos. As terras doadas no século XVI deram condições para que seus proprietários se instituísem enquanto classe dominante, segregando e alienando aqueles que não detinham a terra.

A Lei de Terras de 1850 veio apenas ratificar o processo de concentração de terras no país, sendo nossa primeira política que regulamenta o acesso a terra. No entanto se configurou como uma lei marcadamente elitista e desigual, impondo o acesso a terra apenas por meio da compra, excluindo aqueles que não detinham condições e legitimando a dominação daqueles que já a exerciam institucionalmente. Nesse contexto, a Lei de Terras acabou contribuindo para acirrar e legitimar as desigualdades sociais que havia no país, dividindo a sociedade em ricos e miseráveis, uma vez que a terra naquele momento e, talvez ainda hoje, é sinônimo de riqueza, viabilizando todas as possibilidades de ganho, seja político, social, econômico e cultural a quem detém a terra e, todas as desgraças e mazelas sociais aos que não a detém.

Diante disso, historicamente, a principal causa da desigualdade no país, ou seja, a concentração da terra manteve-se, catalisando a emergência de diversos movimentos sociais na busca do acesso a mesma e, com isso de possibilidades de permanência, de fuga ou de amenizar a opressão que viviam por não possuí-la.

Na contemporaneidade essa concentração de terra pouco mudou, permitindo conflitos de toda natureza, principalmente no campo, espaço onde essa concentração e desigualdade são maiores e, o problema do acesso a terra ainda é uma constante.

Assim, os conflitos no campo brasileiro, seja de natureza política, social ou ideológica permeiam a realidade rural e, na contemporaneidade ganham adeptos e defensores diversos, tanto da concentração, como da divisão racional da terra através da reforma agrária. No campo ideológico, as ideias se dividem entre aqueles que afirmam inexistir conflitos no campo, como a bancada ruralista no Senado e na Câmara dos Deputados composta por partidos diversos e algumas instituições a serviço dos mesmos; o ex-presidente da república e sociólogo Fernando Henrique Cardoso, que considera esses conflitos e a questão agrária como algo localizado, por entender que o Brasil é um país urbano, e defende “(...) Não haver mais latifúndios no Brasil...” (CARDOSO, 1991, p. 10). Contudo, entidades como a CPT (Comissão Pastoral da Terra), a CONTAG (Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura), o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), entre outras instituições a nível nacional defendem a busca de soluções para esses conflitos. No Alto Sertão da Paraíba temos a CAAASP (Central de Associações de Assentamentos do Alto Sertão Paraibano), a RESAB (Rede de Educação do Semiárido Brasileiro) entre outras que defendem políticas públicas para acampados, assentados, trabalhadores sem-terra e “camponeses”, e outros sujeitos historicamente excluídos.

As entidades que defendem essa luta anunciam, em muitos dos seus discursos, a defesa de uma categoria de sujeito, que é a de camponês, considerada histórica e que, embora em desuso na perspectiva conceitual do materialismo histórico, está no imaginário daqueles que a defendem e dos que assim se definem ser. É comum se ouvir falar de camponês no cotidiano acadêmico, mas o contexto social, político, econômico e cultural em que vivemos não contemplam essa categoria materialmente, nos termos que ela surgiu teoricamente, sendo questionada sua existência além dos muros da teoria.

Entidades como a CPT, CAAASP, RESAB, em sua atuação nos assentamentos do Alto Sertão Paraibano, ao elencarem em seus discursos elementos, práticas, experiências, maneiras de ser e viver dos assentados, acabaram por constituir um “lugar de verdade”, questionável, que se coloca na perspectiva de instituir e legitimar o assentado como camponês, lhe dando um lugar social, um espaço de atuação, reivindicação e luta. O que, conseqüentemente, leva o pretense “camponês” a se perceber enquanto sujeito e categoria social que requer e reivindica o seu lugar nas relações sociais e de poder, reconstruindo sua prática para torná-la legítima.

Nesse contexto, na luta de grupos diversos pela terra no Brasil, de colonos a agricultores, bandidos, cangaceiros e fanáticos, a imagem do camponês vem

permanecendo e sobrevivendo historicamente, pois o seu espaço de produção e reprodução social, que é o latifúndio, permanece segregando-o e marginalizando-o, impondo a busca por novas formas de sobrevivência, reprodução e espaço para sua reivindicação e legitimação.

Mas, considerando que teóricos diversos como Bauman (2005), Stuart Hall (2006), Giddens (1990), Santos (1986), etc, também defendem uma era pós-moderna e anunciam uma crise de identidades e a própria morte do sujeito, torna-se complexo, difícil e conflituoso falar de camponês ou uma identidade camponesa, quando a imagem desses, como de tantos outros segmentos sociais, passam por reelaborações.

Com base no exposto, este estudo surge de indagações feitas durante a graduação no curso de História quando em discussões diversas falava-se em pós-modernidade, morte do sujeito, globalização, homogeneização cultural, capitalismo, sociedade em rede ao mesmo tempo em que na disciplina de Sociologia Rural discutíamos sobre assentados, camponeses, agricultores familiares, formas de produção e reação, solidariedade, comunidade, socialismo, espacialidade, territorialidade entre outras questões que revelavam as contradições e complexidades desses elementos, categorias e sujeitos sociais dentro de um mesmo contexto e sociedade.

Ratificando e catalisando essa discussão quando da nossa participação no PIBIC¹ discutíamos educação para o Semiárido, convivência, desenvolvimento sustentável, construção de práticas, saberes, maneiras de agir, viver e produzir específicas, adaptadas a um *modus vivendus* específico de um espaço, se contrapondo e reagindo a ordem global e capital de homogeneização de tudo, apresentando maneiras de ser e dizer diferentes dos demais espaços, configurando espacialidades distintas do que a ordem global permite e consideram legítimas.

Diante das questões apresentadas e do próprio conflito social, político, econômico, cultural e ideológico que atinge o campo brasileiro na nossa contemporaneidade, em particular o Alto Sertão Paraibano; da existência de vários discursos que defendem a luta pela terra e definem enquanto “camponeses” os assentados e outros sujeitos envolvidos nesta luta, como pensar essas questões e buscar compreendê-las?

Considerando-se que é preciso conhecer para revelar, esclarecer, identificar, evidenciar, procuramos analisar dados sobre a realidade dos assentados, em seus

¹ Projeto de pesquisa intitulado “Políticas Públicas de Educação e relações de poder em assentamentos rurais”, vinculado a vigência 2006-2007 do PIBIC/CNPq/UFCG, sob a orientação das professoras Maria Lucinete Fortunato e Mariana Moreira Neto.

discursos, práticas, vivências, conflitos, lutas, a fim de contribuir com o debate sobre a questão do acesso a terra, e verificar até que ponto os dados podem ser reveladores de uma realidade diversa daquela “imaginada” por entidades, teóricos e o governo, e possibilitadores de outros olhares sobre a realidade dos assentados. Buscamos, portanto, discutir sobre o campo e sua problemática, bem como a questão das identidades e, especificamente, da identidade camponesa, temática tão complexa e conflituosa e que, historicamente, vem permanecendo e se acentuando cada vez mais sem uma resposta ou solução acerca da sua construção e instituição.

Neste sentido, objetivamos problematizar até que ponto, a partir de um sentido de pertencimento, aproximação e/ou alteridade, os assentados do Alto Sertão Paraibano elaboram e legitimam a sua identidade como “camponesa”, bem como significam suas lutas e instituem maneiras de ver e dizer o “ser camponês”. Buscamos apreender, ainda, como, e até que ponto, a atuação de diversas entidades que se relacionam com os assentados constitui um processo de disciplinarização que infere na elaboração de uma identidade para os mesmos, inferindo na percepção que eles tem sobre si e o espaço que convivem, realizam suas lutas e sua reprodução enquanto sujeitos.

Para problematizar tais questões, o desenvolvimento desse estudo seguiu o seguinte percurso: realização de levantamento bibliográfico a respeito do tema; pesquisa na sede da CPT do município de Cajazeiras-PB e na sede da CAAASP, buscando evidenciar, em documentos diversos daquelas entidades, discursos, práticas, enunciados, e símbolos que apresentem o assentado como camponês; realização de entrevistas com lideranças dos assentamentos Frei Damião e São Francisco II, com os assentados dos assentamentos Frei Damião, São Francisco II e Santo Antônio, que ficam situados no Alto Sertão Paraibano. Também foram realizadas entrevistas com membros da CAAASP e CPT e analisados alguns discursos de entidades que atuam nesses assentamentos. Assim, a partir de perguntas diversas feitas nas entrevistas individuais realizadas com esses sujeitos e da análise de discursos de entidades diversas, buscamos colher dados que respondam as questões levantadas.

Para a coleta das fontes documentais foram elaborados roteiros de entrevistas abordando o tema da pesquisa. Bem como efetuadas gravações e transcrição das entrevistas. Os referidos roteiros constaram de sete questões subjetivas distintas enfocando aspectos da vida dos entrevistados e também da atuação das entidades supracitadas, formas de organização e produção, etc. No tocante ao referencial teórico, trabalhamos com a análise do discurso. Consideramos que “o discurso não é

simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 1999, p. 10).

Portanto, objetivamos analisar, nos discursos das lideranças, dos assentados e de membros de entidades diversas, que atuam nos assentamentos, práticas, narrativas, imagens e experiências que gestam e legitimam a luta e a identidade ditas “camponesas”, a fim de apreender, até que ponto, a partir de um sentido de pertencimento, aproximação e/ou alteridade os assentados elaboram e legitimam a sua identidade e se caracterizam enquanto camponeses; bem como, problematizar como os enunciados que significam suas lutas e sua identidade instituem maneiras de ver e dizer o “ser camponês”, bem como da sua percepção do espaço onde vive e das ações que realiza.

De acordo com essa perspectiva, no Capítulo I, intitulado: “*Identidade em questão: a lógica da globalização*” é discutida: a elaboração e o uso do conceito de identidade. Questionamos como a ideia de identidade é possibilitadora de homogeneização, coerção que proporciona aos indivíduos viverem e comungarem práticas e hábitos comuns que os identifiquem enquanto sujeitos, possibilitando a construção de um espaço de atuação e ferramentas de luta que legitimem essas práticas.

No Capítulo II: “*Assentamento: espaço de produção/reprodução/construção/instituição do ethos e do “ser camponês”?*” é analisado o assentamento, considerando-o como espaço social, simbólico e cultural. *Lócus* de sobrevivência e luta, que proporciona a permanência, a reprodução e instituição do dito camponês, onde ele vive suas práticas, hábitos e crenças, e exerce sua atuação e reivindicação. Verificaremos como, neste contexto, se constitui e institui um *ethos* camponês e, que enunciados permeiam as relações de poder que conformam essa instituição.

O Capítulo III, intitulado: “*A instituição do “ser camponês”*”, está dividido em dois subitens. No 3.1 “*Discursos e entidades que disciplinam e instituem o “ser” camponês e as relações de poder e saber que os tencionam*”, discute até que ponto, nas ações de entidades diversas que atuam nos assentamentos, há um processo de disciplinarização dos assentados e se esse é marcado por relações de poder e saber que entram em choque com os saberes dos assentados, se configurando numa relação de forças dialética tensionada entre assentados e entidades.

No subitem 3.2, "*Assentado e as tramas, tessituras, tensões, poderes e saberes que o instituem*", são analisados os discursos dos assentados, de lideranças dos assentamentos e de membros de entidades que atuam nos assentamentos, buscando compreender como, nesses discursos, os assentados se percebem e são percebidos enquanto indivíduos; e, investigando concordâncias e tensões que se apresentam entre os discursos, imagens e enunciados que os instituem.

CAPÍTULO I. A Lógica da Globalização: Identidade em Questão.

A sociedade em que vivemos é marcada por uma intensa complexidade de ordem econômica, social, política e cultural, que tornou o espaço e o tempo, muitas vezes estranho, diverso e incompreensível. Sob intensa pressão os homens vivem num constante conflito marcado pelo individualismo, a concorrência e uma infinidade de formas de se produzir riqueza e de explorar os indivíduos. Essa sociedade do trabalho, do consumismo, da mídia, da comunicação, que produz e é produzida todos os dias, constituiu maneiras e formas de viver que tornou o modo de vida, na nossa contemporaneidade, bastante complexo. Os valores e conceitos antes consensuais, agora são relativizados, desconstruídos, dando espaço a outros que seguem uma nova ordem, uma nova lógica de mercado, se esfacelam dando lugar a outros e outros num constante processo de desconstrução e construção.

A globalização ou o que se passou a chamar de globalização, iniciada por volta do século XV e que teve seu apogeu no século XX, possibilitou tornar essa sociedade, já relativizada, um caldeirão em ebulição que absorve e transmite conceitos e valores à todos os instantes, não permitindo que nada se torne consolidado. Tudo é efêmero, passageiro, virtual, nada é eterno, tudo é possível e possibilitado, inventado, reinventado, transmutado, clonado, colado, copiado, deletado, (re) significado. As coisas podem se tornar outras coisas que se podem tornar outras. O relativismo é a regra e não a exceção.

Assim, uma aldeia global é o que se tornou o mundo, onde vivemos numa mesma tribo, falamos a mesma “língua”, comungamos coisas afins, convivemos com os mesmos dramas, mas muitas vezes não nos conhecemos. Mundo, no qual temos relação e comunicação em tempo real com um chinês do outro lado do mundo através da internet, mas não conhecemos o nosso vizinho, nem nos relacionamos ou comunicamos com os nossos pares que vivem sob um mesmo teto.

A globalização tanto aproximou quanto distanciou os indivíduos, tornou as relações frias, mecânicas, superficiais, simulacro. A mídia, as imagens, tons, ruídos, sinais dão uma tonalidade e constroem uma “ordem” social que passamos a vivenciar e a seguirmos num ritmo que aceita qualquer tom, numa musicalidade frenética, às vezes esquizofrênica que embala a todos, nos induzindo e conduzindo a uma realidade cada vez mais fictícia e menos real, palpável, linear, que tenha um sentido e um fim a ser alcançado. Os dramas, tramas, tragédias, holocaustos e genocídios nos abalam o tempo

necessário em que surgem outras situações piores, fazendo-nos esquecer àquelas, naturalizando e tornando comuns coisas incomuns, bizarras, desumanas, mas que aos poucos coagem e insensibilizam nossa sensibilidade, permitindo e esfriando as relações de toda ordem, nos tornando muito ser e pouco humanos.

Alguns teóricos defendendo a idéia de pós-modernidade apontam esses e outros elementos aqui citados como sinais de uma era que se inicia e de uma que já não é mais. A defesa dos pós-modernos é de que o projeto de modernidade pensado pelos enciclopedistas do século XVIII já não tem mais validade. A crença infalível na ciência, na ordem e no progresso, no capitalismo, na luta de classes, no socialismo, nos valores, códigos e leis que dariam a coerção social necessária ao bom funcionamento do sistema e da sociedade; a busca pelo novo e a negação do tradicional, do sagrado, religioso; a crença num Estado laico, democrático e forte que impusesse os novos dogmas da ciência não se apresentam como pontuais e como idealizados teoricamente.

Nessa mesma perspectiva, a crença na felicidade do homem e na sua realização, da busca do conhecimento, da cultura, do sentido da vida, enfim de um autoconhecimento do homem e do mundo e do uso desses para a felicidade coletiva não são uma constante. Muito distante de termos essa realidade, temos uma sociedade, como já posto, marcada por uma falta de “sentido”, onde o trabalho, o sexo, os vícios dão lugar as nossas crenças e “valores”, onde vivemos o “profano” em detrimento do “sagrado”, onde vivemos para trabalhar ao invés de trabalharmos para viver.

Dessa forma, o conhecimento que adquirimos é mais pragmático, para não dizer prático, útil e nada reflexivo, contemplativo, onde caminhamos para a morte, pensando em vencer na vida. Nossa cultura é um *flash back*, filmes, consumo, moda e tudo aquilo que a mídia vende, que é artificial e que nos ilude, dá prazer. Uma sociedade na qual as religiões longe de serem extintas pelo materialismo e individualismo do capitalismo, se tornaram produto deste com variadas formas e rótulos, atendendo aos mais variados gostos, desgostos, tramas, dramas e mercado. Conversas, afetividades, partidarismos, religiosidade existem somente em momentos de crise de existência, que são constantes, mas passageiras.

Neste contexto, como pensar a identidade camponesa? Numa sociedade que está distante daquela imaginada pelos modernos? Ainda que seja vista como modernidade tardia, modernidade líquida, ou outro nome que se possa atribuir, há algo de novo e estranho nessa sociedade? Nesse cataclisma, a idéia do homem enquanto sujeito

cartesiano, agente da história, burguês, operário, camponês em constante conflito, alimentando a dialética das coisas, já não se sustenta. Como confirma Santos:

A massa pós-moderna é consumista, classe média flexível nas idéias e nos costumes. Vive no conformismo em nações sem ideais e acha-se seduzida e atomizada (fragmentada) pelo massa média, querendo o espetáculo com bens e serviços no lugar do poder. Participa, sem envolvimento profundo, de pequenas causas inseridas no cotidiano – associações de bairros, defesa do consumidor, minorias raciais e sexuais, ecologia. (SANTOS, 1986, p. 90).

Nessa ótica, o homem pós-moderno é consumista, hedonista, niilista, super-herói nietzschiano, que vive o hoje, um panssexualista freudiano, que vive um eterno presente, insensível a qualquer coisa que não lhe diga respeito, incomode ou possa lhe trazer benefícios e prazer. O sujeito político, politizado, por exemplo, ganha novas formas e posturas passando a atuar em outros espaços, de maneiras e formas distintas, uma vez que a própria sociedade na qual vive, às relações que tem, como se relacionam em vários espaços, o condiciona a agir assim, ora levando:

(...) A desmobilização e à despolitização das sociedades avançadas. Saturada de informação e serviços, a massa começa a dar uma banana para as coisas públicas. Nasce aqui a famosa indiferença, o discutido desencanto das massas ante a sociedade tecnificada e informatizada. É a sua colorida apatia frente aos grandes problemas sociais e humanos. (SANTOS, 1986, p. 88).

Tal apatia, ora, instiga o homem a desenvolver o seu protagonismo para fugir, adaptar-se, inserir-se e atuar de modo ativo social e politicamente se contrapondo a esse relativismo.

Longe de querer verticalizar e homogeneizar essa realidade, tornar consenso, deve-se considerar que essa sociedade ainda é discutida e questionada, pois estamos falando do homem, para o qual muitas coisas são possíveis e pouco entendíveis.

Diante do exposto, percebe-se que a sociedade contemporânea mudou e novas formas de comunicação, sociabilidade, solidariedade, comunidade, movimentos, causas, revoltas se instauraram, redefinindo a forma de o homem agir sobre e no espaço e tempo, bem como interagir, se relacionar com os outros, redefinindo também suas práticas e vivências a luz dessas mudanças.

Na perspectiva de Hall, a ausência de referenciais sólidos, frutos do turbilhão de mudanças ocorridas na sociedade, onde pouca coisa tem sentido ou fim próprio, onde é mais fácil definir o que não somos do que o que realmente somos e, o artificial tende a substituir o real, tem levado os sujeitos a não terem uma identidade permanente, estável que os identifiquem enquanto categoria, classe, identidade ou sujeito. Hall defende que:

(...) O sujeito previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas. Correspondentemente, as identidades, que compunham as paisagens sociais “lá fora” e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as “necessidades” objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais. O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático (HALL, 2006, p. 12).

De acordo com essa compreensão, questionamos até que ponto pode-se falar de uma identidade camponesa, nessa nova realidade que se apresenta, onde a atuação do homem sobre grandes causas e estruturas, revoltas, revoluções, guerras, grandes questões sociais, ambientais e humanísticas não se realizam mais, e, a revolução acontece no cotidiano, no que é mais próximo, local, imediato, pertencido? Já que a reação a tudo isso e a possibilidade de se viver de outra maneira chega a ser um fundamentalismo, nessa sociedade cada vez mais plural, artificial onde tudo é permitido. Até que ponto se impõe outras formas de atuação ou reação que se consolidem enquanto ferramentas que dentro dessa lógica dêem condições para lutar, reagir, se inserir sem ser ignorado, estereotipado, estigmatizado, segregado e excluído por essa mesma sociedade?

Neste contexto, onde o Estado não garante a segurança do sujeito, o assentado, nosso objeto de estudo, busca construir seu próprio espaço de sobrevivência, convivência e saberes visando a sua reprodução e, assim resistindo, permanecendo com um *ethos* identificado como próprio?

O assentado, enquanto sujeito social e historicamente construído, neste sentido e contexto apresentados, elabora e re (e)labora suas práticas e hábitos cotidianamente. Estes podem se apresentar enquanto forma de reação e resistência, mas também pertencimento, estranhamento, distanciamento, conveniência e sobrevivência à realidade que vive e aos discursos produzidos e ao estabelecido, de acordo com as

relações e transações que realiza com esses e as possibilidades de ganho e poder que possa ter. Considerando-se que a identidade para teóricos como Bauman surge como necessidade e elemento de coerção e sentido que possa gerar um espírito de solidariedade e comunidade e instigar os sujeitos a viver uma mesma experiência e assim resistirem, na luta contra a exclusão, o que se percebe, como confirma Bauman é que:

(...) A “identidade” parece um grito de guerra usado numa luta defensiva: um indivíduo contra o ataque de um grupo, um grupo menor e mais fraco (e, por isso ameaçado) contra uma totalidade maior e dotado de mais recursos (e, por isso ameaçadora) (BAUMAN, 2005, p. 83).

Nesse sentido, tais indivíduos, humanos, históricos e políticos por natureza, (ainda que no turbilhão pós-moderno) à margem da sociedade, desprovidos de ferramentas específicas e legítimas de reação, necessitam buscar construir o seu espaço de convivência e atuação, em suas próprias práticas, pelo histórico ou suas vivências, como forma de sobrevivência. Assim, a memória que o assentado constrói e tem de sua luta, que permanece e se institui, deve ser vista como “(...) Um elemento constituinte do sentimento de identidade” (POLLAK, 1989, p. 5), tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si, sendo comungado e partilhado por todos para que se institua um discurso que produza um saber/dizer/ver um *ethos* dos assentados que se considere legítimo, apreensível, inteligível, degustável socialmente pela coletividade, instituindo esses sujeitos.

Nesta perspectiva, a identidade surge como possibilidade de luta, ferramenta de aglomeração, identificação, comunidade para aqueles que não estão inseridos na lógica do mercado ou não querem se inserir, considerando a pluralidade do homem e sua experiência e, que nem todos vivem o mesmo processo social, histórico, político e cultural, impondo a construção de espaços, temporalidades, territorialidades e espacialidades onde se possa viver suas práticas e experiências. Desse modo, a identidade:

(...) Vem do desejo por segurança, ele próprio um sentimento ambíguo. Embora possa parecer estimulante no curto prazo, cheio de promessas e premonições vagas de uma experiência ainda não vivenciada, flutuar sem apoio num espaço pouco definido, num lugar teimosamente, perturbadoramente, “nem-um-nem-outro”, torna-se a

longo prazo uma condição enervante e produtora de ansiedade(...) (BAUMAN, 2005, p. 35) (...) É uma luta simultânea contra a dissolução e a fragmentação; uma intenção de devorar e ao mesmo tempo uma recusa resoluto a ser devorado. (BAUMAN, 2005, p. 84).

Mas, considerando que nem todos os sujeitos vivem o mesmo processo histórico e a mesma realidade, os assentados, identificados em diversos discursos como camponeses, assim como outros grupos sociais distintos, desterrados do seu lugar de reprodução, a terra, têm buscado mecanismos e elementos diversos para sobreviverem numa era onde solidariedade, comunidade, patriarcalismo, campesinato são valores e conceitos em desuso, sem sentido e utilidade para a ética do capital, a mídia, a moda, o agronegócio, a rapidez, o *fast food* da vida moderna. Buscam também formas de se instituir, de ser percebido, construir seu espaço, mostrar que está presente, impondo a sociedade o seu reconhecimento, a partir da percepção de que o mesmo, enquanto sujeito, necessita da atenção do Estado e da sociedade. É neste contexto e perspectiva que surge a necessidade de se elaborar um novo espaço e uma nova vivência, pensados, imaginados, como espaços de pertencimento e de alteridade, já que:

(...) A idéia de “identidade” nasceu da crise do pertencimento e do esforço de que esta desencadeou no sentido de transpor a brecha entre o “deve” e o “é” e erguer a realidade ao nível dos padrões estabelecidos pela idéia – recriar a realidade a semelhança da ideia... (BAUMAN, 2005, p. 26).

A partir dessa concepção, a noção de espaço é repensada enquanto algo físico para se concretizar, “(...) Uma espacialidade que está sujeita, pois, ao movimento pendular de construção/destruição, contrariando a imagem de eternidade que sempre se associa ao espaço.” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2008, p. 3) - algo imaginado e constituído enquanto experiência e saber que seja reconhecido, comungado, partilhado, sentido pela coletividade, que se reconhece pertencer ao mesmo e que o reconstrói a seu dizer, pensar/saber, ver.

Assim a “(...) Identidade busca construir sentidos hegemônicos e nucleares que joguem para as margens outras possibilidades do ver, do dizer, do narrar.” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2008, p. 2). No caso da temática em enfoque, isso se torna recorrente e necessário para a reprodução de um *ethos* do que seja “camponês”, a partir

de um redimensionamento espacial, onde se possa estabelecer um referencial, ponto fixo onde ocorra a construção histórica de práticas, saberes e discursos que sejam instituintes dessa espacialidade.

Contudo, como afirma Hall:

(...) À medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente. (HALL, 2006, p. 13).

Na perspectiva de Hall, as identidades como outros elementos sociais estão num constante processo de mudanças, marcado pela contradição de processos diversos de ordem política, social, econômica e cultural, que coagem os indivíduos ou sujeitos a construir novas identidades e processos culturais, redefinindo suas práticas e maneiras de atuação para atender a objetivos diversos e conseguir sobreviver no contexto que estão inseridos.

Nessa realidade anunciada há um intenso processo de transformação permanente que não permite ao homem homogeneizar grandes ideologias, projetos, revoltas e paradigmas que possam norteá-lo e guiá-lo a uma ação em longo prazo, lhe possibilitando mudar a totalidade da realidade em que vive.

No entanto, a realidade imediata, localmente se apresenta como possível quando se encontram pares que comunguem os mesmos ideais, os mesmos projetos e sintam a necessidade de permanência daquele espaço, da conservação daqueles saberes historicamente elaborados, daquela realidade vivenciada e sentida. Esse sentimento em torno de um mesmo objetivo e ideal, os enunciados que são ditos, vistos, percebidos e compreendidos pelos indivíduos aos poucos permite identificá-los e compreendê-los. Na perspectiva de Silva, essas práticas e enunciados que se homogeneizam, constituem e instituem discursos que “(...) Constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar...” (SILVA, 2008, p. 17).

Assim, a partir das concepções anunciadas, a identidade se apresenta como possibilidade de materializar os discursos e práticas que se tornam críveis diante da realidade e contexto vividos. Ou seja, é colocada como possibilidade de se tornar uma ferramenta, referencial que se institue e legitimam as práticas cotidianas, construindo os espaços onde se possa conviver, ver, falar e dizer sua realidade. Não estando isentas as

mudanças, tais experiências “(...) São constantemente examinadas e reformuladas à luz das informações recebidas sobre aquelas próprias práticas, alterando, assim, constitutivamente, seu caráter”. (GIDDENS, 1991, p. 37-38), de maneira a se reproduzir e sobreviver a partir do próprio material histórico e social ao qual estão sujeitas, redefinindo à sua conveniência, pertencimento\alteridade, de acordo com a necessidade, as possibilidades, os confrontos, relações de poder e saber e os objetivos a serem atingidos. Neste sentido, são, pois, constantemente repensadas, negociadas e elaboradas, pois “O pertencimento” e a “identidade” não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda vida, são bastante negociáveis e revogáveis...” (BAUMAN, 2005, p. 17).

Nestes termos, o “ser camponês”, anunciado em vários discursos, vem se constituindo e se instituindo como sujeito no seio da diversidade. Se reproduzindo com os próprios elementos aos quais é submetido. Redefinindo-se em épocas distintas, porém mantendo seu ethos e forma de existência, produzidos nas tensões, relações de poder e na própria opressão a qual é submetido.

De acordo com essa compreensão o assentado “camponês” não é só matéria física, mas cultura, vivências, experiências, luta, permanência, resistência, sobrevivência que na relação de poder e saber com grupos distintos tem re(e)construídos, re(e)escritos e re(e)definidos seu espaço e tempo na sociedade. Para Certeau esta reescrita é construída por meio da “*credibilidade política*” (CERTEAU, 2002, p. 277-288) que se utiliza de matérias diversas, dando à história uma unidade que se impõe como lugar de verdade e uma identidade fixa de camponês.

No entanto, para a lógica de mercado que vivenciamos o dito camponês é, pois, vítima do processo de recolonização ao qual sofre quando sua luta (estranha, diferente, anormal, subversiva, marginal para o estabelecido, legítimo instituído) se torna material para construção dos discursos que o identificam e que acabam construindo um *lócus* definido na sociedade que serve muito mais para margeá-lo do que para contemplá-lo.

Com o intuito de aprofundar esse debate, se faz mister apreender a legitimidade dessa identidade nos assentados do Alto Sertão Paraibano, anunciada ora como problemática, ora como possível e necessária pelos teóricos que estudam esta temática e elencada nos discursos de várias entidades, como camponesa, e como propiciadora da identificação dos assentados, dando-lhes possibilidades de luta e construção de saberes que teçam as fronteiras que permitam os mesmos viverem suas práticas e experiências, instituindo seu espaço de atuação, convivência e reprodução.

CAPÍTULO II. Assentamento: Espaço de produção\reprodução e construção\instituição do ethos e do “ser camponês”?

Na nossa contemporaneidade pensar o espaço significa não apenas considerar o espaço físico, mas considerar saberes, valores, conceitos, símbolos, convenções que permitem construir e redefinir fronteiras e instituir novas espacialidades, práticas e maneiras de ser e se relacionar, que estão sujeitas a mudanças e re(e)laboraões que tanto influenciam como determinam novas práticas e novos espaços, como confirma Albuquerque Júnior:

(...) O espaço surge como uma construção humana, como uma ficção que dá organização e sentido a natureza. (...) É um cenário onde os homens projetam os seus desejos, as suas aspirações, as suas vontades, o seu poder e as suas ambições (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2006, p. 236-237).

A partir da década de 1980, com a crise do Estado-Nação garantidor das fronteiras, dos indivíduos e da nacionalidade, e com a globalização, surgem outros marcos que constituem e legitimam espaços e fronteiras, fugindo a espacialidade geográfica e ratificando a idéia de que o espaço, como algo vivido, imaginado, significado, é sujeito a mudanças, alterando a compreensão de espaço com algo fixo e eterno. Os sujeitos que passam a constituir e instituir esse espaço dinâmico passam também a buscar novas formas de atuação e reivindicação para atuar e viver, seguindo a lógica, o contexto e a realidade que a sociedade está vivendo. Nesse sentido Bauman aponta que:

(...) Novas bandeiras foram costuradas e erguidas, novos manifestos elaborados, novos cartazes concebidos e impressos. Como a classe não mais oferecia um seguro para as reivindicações discrepantes e difusas, o descontentamento social dissolveu-se num número indefinido de ressentimentos de grupos ou categorias, cada qual procurando sua própria âncora social... (BAUMAN, 2005, p. 42).

Nessa perspectiva, o espaço e os sujeitos são histórica e discursivamente produzidos a partir de práticas e de elementos sociais, políticos, econômicos e culturais

diversos, que num movimento dialético de contradições, conflitos, tensões, negociações e renegociações, definem e redefinem o espaço. Os sujeitos se distanciam, bem como se aproximam dos discursos de acordo as conveniências, utilidades, contatos e apreensões oferecidos por eles, bem como com as relações e tramas sociais que vivenciam. Nessa perspectiva, a região e o espaço:

(...) Não preexistem aos enunciados que os exprimem, nem às visibilidades que os preenchem. A região é uma forma de visibilidade e enunciação. É múltipla, porque é gestada como objeto de múltiplas interpretações, se dá não como um referente fixo, mas como uma multiplicidade imagética e discursiva que pode ser iluminada de diferentes formas e enunciadas de diferentes maneiras. Ela é “uma multiplicidade espaço-temporal” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2008, p. 5-6).

No caso específico dos assentados, o espaço que constitui fisicamente o assentamento não é entendido apenas como espaço físico. Essa idéia é confirmada por alguns quando indagados sobre o que o assentamento representa para os mesmos:

Bom. Representa a nossa comunidade, o nosso (o nosso) berço, a nossa (nossa) fortaleza, né? Porque, já pensou se você tivesse de se deslocar que nem tem muitos aí que se deslocam aí é pra passar seis meses fora da família pra poder adquirir o essencial né? E aqui nós estamos em casa, na família e conseguindo manter a nossa vida, e (...) a nossa vida diária. E (...) é isso que eu digo, é a nossa fortaleza, por que se não nós seríamos obrigados, como eu antes que viajei, eu fui pra São Paulo, umas quatro vezes. E nunca consegui nada por lá, né? E hoje, graças a Deus, eu tenho minha moto, tem meus bichinhos. (Assentado A - Assentamento Frei Damião).

Eu acho muito bom, eu acho que é uma maravilha, é muito bom. Porque a partir da terra é que a gente tira o sustento, né? Planta uma macaxeira, planta um feijão, planta um milho, com o milho você cria sua galinha e tudo é uma coisa que nos satisfaz e engrandece. (Assentada G – Assentamento Frei Damião).

Confirmando essa ideia, a liderança de um assentamento e também membro da CPT aponta que o assentamento representa:

Uma vida nova, porque eu fui filha de camponês, meus pais sempre trabalharam a terra, meu pai e minha mãe viviam da terra embora trabalhando de meia, mas retomar essa terra, pra mim significou a

retomada de uma vida nova, fazer a diferença. Eu quis ter um espaço de construção de um modo de vida diferente e, nesse espaço eu estou construindo. A gente tem toda uma retomada de não queimar, não usar veneno, não maltratar os animais, de respeitar todas as plantas e ter uma cultura de preservação. E isso foi possível no assentamento, que representa essa vida nova. Eu até essa semana estava conversando com meu pai e ele dizia se essa terra fosse nossa quando eu podia trabalhar, que ele hoje tem 97 anos, você não tinha passado pelo que você passou, foi uma situação muito difícil de fome, miséria, e hoje a gente tem essa liberdade, ter a terra é ter poder, esse poder de decidir, de comer o que você quer, de preservar sua semente, tirar da mata o que você precisa, você ter toda uma lógica de preservação diferente do que o mercado impõe para você, pra nós, pra minha família, a terra significa uma vida que a gente não tinha, da miséria, da exploração que vivia, porque eles eram explorados, que eles trabalhavam muito e viviam passando fome, então a lógica da exploração ela acaba com o assentamento. (Coordenadora da CPT – Cajazeiras).

Nestes termos, segundo esses discursos, e a própria expressão que vimos nos assentados durante as entrevistas, o assentamento se coloca como espaço de possibilidades, de saberes e dizeres que permitem se pensar a realidade e, onde há uma relação quase que anímica entre a terra e o assentado, onde eles se percebem enquanto comunidade e se pertencem e fazem pertencer aquele espaço.

Os enunciados expostos nestes discursos, tais como as ideias de que serem assentados os engradece, de que a terra é quem dá o sustento e a liberdade, evidenciam a problemática que envolve os assentamentos, os assentados e permitem entender a natureza desse movimento e sua identidade enunciada como camponesa por várias entidades. Por isso, quando indagamos a alguns membros da CAAASP (Central de Associações de Assentamentos do Alto Sertão Paraibano) que também alguns são assentados, sobre o que significa o assentamento para os assentados e para os mesmos, obtivemos respostas que corroboram com essa perspectiva:

É muito importante pra mim. Porque nós temos a garantia de morar nele até um dia de morrer. É muito importante pra gente. Ruim mesmo é ser morador e ser mandado. Aí é ruim mesmo, trabalhar no lugar aonde eu trabalhava é muito ruim, chegar e o patrão dizer assim: hoje nós vamos pra lida, mas homem hoje eu vou pra minha roça, não de jeito nenhum, hoje você vai lá pro meu, ou então você desocupa a casa, e hoje não, hoje nós estamos aqui na casa, mora, fica a vontade, né?(Assentado B – Assentamento Frei Damião).

Representa uma melhora de vida, porque antes nós éramos moradores, vivia em casa de taipa, não tinha uma casa para morar e hoje nós já temos nossa casa e terra para trabalhar. Melhorou muito, que tudo que

meu pai tirava era de meia e hoje tudo que se tira pode ser pouco, mas a renda é nossa. (Membro da CAAASP, liderança do Assentamento São Francisco II e assentada).

É uma comunidade que luta por uma causa, não é fácil lidar, quando a gente vai para o campo a agricultura é difícil, mas eu vejo que tem uma união, você sabe que trabalhar com gente não é fácil, tem que estar unindo as pessoas com o mesmo propósito, acompanhando. Essas pessoas tem muita força dentro do assentamento e a gente vê, eu acompanho família por família, vê os problemas e dificuldades. Mas, tentamos uni-los para eles se engajarem numa mesma causa, eu creio que é válido, que muito trabalho tem que ser feito, não é fácil. Muitos dizem que hoje estão no céu, por conta do sofrimento que já tiveram, muitas vem das fazendas, com proprietários e, hoje tem onde morar, tudo ficou bem mais fácil, têm os problemas, mas eles dizem que antes eram bem maiores, eles dizem que são livres, porque antigamente a gente via, eles têm o direito e estão lutando, a luta não parou, continua... (Assistente social da CAAASP).

Representa dignidade, qualidade de vida e autonomia, a não ser a luta, não devo favores a ninguém, só depende de nós a gente continuar lutando através da união do grupo. Tinha gente que não achava certo lutar, tinha pessoas que moravam aqui há sessenta anos, até um grampo era a gente que colocava e o patrão não ajuda, tudo dividia com ele, mas não ajudava nos serviços. (...) Foi o resgate da dignidade para todos, eu não troco isso por nada, eu não tinha um terço do que possuo hoje, minha casa era de taipa, todo ano botando bolota de barro, pra mim foi na escala de cem, de 0 a 10, é 10. Eu agradeço a Deus e a força de vontade dos que lutaram por essa terra. (Coordenadora da CAAASP, liderança do Assentamento Frei Damião e assentada).

Diante dos enunciados aqui postos se confirma que há uma homogeneidade ou consenso discursivo em relação ao que o assentamento representa para assentados e entidades, se apresentando como algo bom, que liberta, dá dignidade, existência social e política e que permite a sobrevivência e luta daqueles que permanecem na busca de melhores condições de vida e também de novos espaços para outros indivíduos que também lutam para ter seu pedaço de terra.

O fato de que as lideranças acham que tentam “uni-los para eles se engajarem numa mesma causa”, demonstra a necessidade de pertencimento e de elaboração de uma identidade para que estes se fortaleçam e lutem por interesses comuns e melhores condições de vida. Assim, quando um membro da CAAASP enuncia que o assentamento representa “*uma comunidade que luta por uma causa*” (Assistente social da CAAASP) está, de certa maneira, apontando para a existência de ideais comuns, bem de como de certa solidariedade que caracteriza e define os assentados como

pertencentes a uma mesma identidade, categoria, movimento. A expressão de liberdade que o assentamento possibilita também foi algo perceptível nas falas e na expressão facial dos assentados, quando enunciam com emoção que: “*Hoje nós estamos aqui na casa, mora, fica a vontade, né?*” (Assentado B – Assentamento Frei Damião), considerando aquele espaço como sendo de empoderamento, como libertador de sua condição social.

No entanto, as questões aqui postas não se resumem apenas a compreensão do que seja o assentamento para esses indivíduos e entidades, mas também implicam em compreender se os espaços que compõem os assentamentos aqui pesquisados (Frei Damião, Santo Antônio e São Francisco II) se configuram como espaços de reprodução do “ser camponês”. Nesse sentido, percebemos enunciados em vários discursos que apontam que o assentamento ou assentamentos:

(...) Têm se constituído como o “lugar” onde se dá um complexo e sofisticado processo de (re) construção do “território camponês”. O assentamento é a expressão concreta da territorialização do movimento (de luta pela terra). Não é somente o lugar da *produção*, mas também o lugar da *realização da vida*. (...) E a vida, para esses camponeses (...) Não é somente ter comida, ter casa, mas uma vida plena, uma vida cheia de significados, na qual aquilo que eles crêem tem possibilidade de continuar sendo respeitado e existindo: sua cultura, sua autonomia, sua visão de mundo, sua capacidade de crescer a partir de suas próprias potencialidades, enfim seu universo simbólico. (SIMONETTI, 1999, p. 70-71).

Conforme Woortmann (1990), esse universo simbólico se apresenta como estratégia que:

(...) Apresenta terra, trabalho e família como valores morais e categorias nucleantes intimamente relacionados entre si e tem como princípios organizatórios centrais a honra, a hierarquia e a reciprocidade. Ela fundamenta uma ordem moral de forte inspiração religiosa e tende a constituir uma ideologia tradicional oposta à ordem social da modernidade. (WOORTMANN, 1990, p. 11)

De acordo com essas concepções, o assentamento é o *locus* onde o “ser” camponês se reproduz, lugar simbólico, compreendido como algo que se constitui a partir de uma relação de sentido, referências, crenças, ritos e valores, onde se constrói e se institui saberes e práticas que caracterizam esse sujeito e espaço. No entanto, além de se constituir como espaço que institui e reproduz o “ser camponês”, o assentamento

também é marcado e perpassado por práticas discursivas de instituições diversas, a exemplo do Banco do Nordeste, que apontam que existem ali não somente “camponeses”, mas agricultores familiares, produtores, agricultores, agropecuaristas e outros sujeitos e categorias que desenvolvem atividades diversas.

Nesse sentido, se há consenso por parte de assentados e entidades em relação ao que representa o assentamento, não há em relação ao fato de que seja o assentamento o espaço de reprodução do “ser camponês”. Distante das reflexões categóricas e subjetivas supracitadas e do processo de homogeneização cultural e global de todas as coisas, os assentados exercitam distintas formas de viverem e resistirem, valorizando seu próprio espaço, símbolos, valores, conceitos, sentidos, saberes que são táticas e também formas de reagir, de fugir aos determinismos sociais, construindo seu espaço e suas próprias concepções. E, nessa perspectiva, alguns assentados quando indagados sobre o que mudou em suas vidas com o assentamento acabaram por elencar que:

Bom, (...) melhorou, porque, é o seguinte aqui a gente não podia criar, criar o que? Não podia criar nada! Né? Não criava nada. Hoje eu crio minhas ovelhas, crio meu gado, eu tenho o investimento das abelhas, que as abelhas, criei pouco esse ano, as minhas abelhas são pouco, são vinte (20) abelhas, mas hoje só essa primeira tirada eu fiz R\$ 560,00, que é só do mel, vendi só numa mão só, vendi pra o atravessador como diz, mas já vendi é (...), já fiz hoje, hoje é Abril não é?, já fiz 560,00 reais só em Abril. Melhorou bem, por que, por causa que (...) é (...), só conseguia um diinha de serviço quando encontrava, pra trabalhar, e agora não, agora a gente tem a nossa própria renda, né? Por exemplo, tendo um animal, já paga uma conta, o investimento que a gente tem, já tá pagando com o próprio lucro, então, esse daí já é uma grande vitória pra nós. (Assentado A – Assentamento Frei Damião)

Melhorou, porque eu já fui morador, morei muitos anos debaixo de pé de juá, levando chuva todo ano, a situação e hoje eu tenho a casa que tenho, a área de trabalho melhorou muito. (Assentado B – Assentamento Frei Damião).

Com certeza melhorou, a gente tem o que fazer, tanto financeiramente, como socialmente, abriu portas para o estudo, através do assentamento conseguimos uma bolsa de estudo em Sousa na extinta escola agrotécnica, hoje IFPB, e tudo por meio da reforma agrária, do assentamento. (Assentado D – Assentamento Santo Antônio).

Nesse espaço de reprodução da vida e de satisfação, elencado pelos assentados, cujas falas enunciam melhoria na qualidade de vida, econômica e social dão a entender,

ainda que paradoxalmente que, para entidades e teóricos, estaria também se reproduzindo um modo de vida camponês e a ideia que a vida do assentado estaria ligada a um *modus vivendus* que institui uma maneira de ser, ver e dizer sua identidade. Desse modo, eles buscam construir em suas próprias práticas e experiências, um referencial simbólico e sócio-discursivamente elaborado que não só os mantenha imune às mudanças, mas que lhes permita viver, conviver em seu espaço. Ao mesmo tempo, fazem dessa prática um mecanismo, uma ferramenta de diferenciação que os distinguem dos demais sujeitos e que, positivamente, contribui para sua sobrevivência, reprodução e existência, como confirma Oliveira e Marques:

Entende-se por modo de vida camponês como um conjunto de práticas e valores que remetem a uma ordem moral que tem como valores nucleantes a família, o trabalho e a terra. Trata-se de um modo de vida tradicional, constituído a partir de relações pessoais e imediatas, estruturadas em torno da família e vínculos de solidariedade, informados pela linguagem de parentesco, tendo como unidade social básica a comunidade. (OLIVEIRA E MARQUES, 2004, p. 145).

Nessa lógica, a ética ou forma de viver camponesa, que tem na família, religião, trabalho e valores morais seus símbolos e representações, entre outros elementos, não seria aleatória, mas dar-se ia:

(...) Por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido a nossa experiência e àquilo que somos. Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possíveis àquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar... (SILVA, 2008, p. 17).

Para Oliveira e Marques (2004) que não só discutem, mas vivem a realidade dos assentamentos:

(...) A terra é mais do que a terra. Esse símbolo, que se liga visceralmente à vida, é propriamente o lugar histórico dessas lutas, sucessoras das mais primitivas lutas dos índios, dos negros e dos camponeses que, na sofrida busca do próprio chão, foram descobrindo as outras dimensões do seu combate. Terra é dignidade, é participação, é cidadania, é democracia. Terra é festa do povo novo que, por meio da mudança, conquistou a liberdade, a fraternidade e a alegria de viver. (OLIVEIRA E MARQUES, 2004, p. 23-25).

Confirmando essa tese, a coordenadora da CPT de Cajazeiras aponta que:

Olha, nós temos a expressão de um pastor do Rio Grande do Sul que a terra é mais do que terra, a terra é mãe e a mãe a gente não sai rasgando, matando. Para nós a terra é mais do que terra, ela é vida. O modo de vida no seu mais íntimo, porque você pega uma perspectiva dos índios e, essa perspectiva dos índios é de preservação, de mudança de vida... (Coordenadora da CPT de Cajazeiras).

Nesse sentido, os conceitos, significados, discursos, símbolos enunciados por teóricos e entidades se misturam a práticas e saberes que são historicamente vividos pelos assentados, e que, por vezes, se contrapõem numa relação de força com aqueles enunciados, tecnologias, manejos e formas de viver instituído pelas entidades que atuam nos assentamentos, como mostram as falas de alguns assentados:

Mas aqui é meio difícil também do cabra viver, o cabra não tem uma renda de nada, pra pegar um dinheirinho pra sobreviver, tem que vender um bicho, quando tem, né? Aí, quando não tem o cabra se vira, mas aí agora não pode criar, fazer uma roça, o IBAMA não quer que o cabra broque de jeito nenhum pra fazer uma roça, como é que vai criar pasto? Criar gado? Não pode rapaz tem que brocar, empastar a terra pra criar um bicho, (...) nessa situação não dá pra criar gado não, de jeito nenhum não. Você vê, o cabra bota uma roça, o cabra tem que usar o veneno pra poder tirar um legume, se num tiver um veneno pra pulverizar o legume, não tira nada não. Por isso que o negócio tá difícil, tá todo mundo correndo da roça. Aqui pode usar o veneno? Não querem de jeito nenhum não. Tá a maior confusão ai, eu usei um veneno ali pra matar um mato ali, mais menino, tá a maior confusão, eh eh(...) Né brincadeira não, aqui é difícil do cabra viver. O cabra vai trabalhar, vai trabalhar e vamos ver no que é que vai dar, né? Eu espero sempre no que é que vai dar daqui pra frente. Se tem uma facilidade no veneno. Né brincadeira não rapaz, é parada. (Assentado E – Assentamento Frei Damião).

Agora pra entrar aqui o governo deu, fez essas casas e pronto, e daí pra cá, a gente fez aí um empresto de dezoito (18) mil reais, aí é pro cabra pagar agora. Aí cadê como o cabra ter um negócio desse. Aí é difícil do cabra viver. Num lugar desses, num tem nem como o cabra criar um gado. Tem gente que ainda tá criando aí porque tem uns terreninhos que tem água dentro, e quem num tem? Sem água dentro num dá, né? É difícil. (Assentado E – Assentamento Frei Damião).

Não, assim sendo coisa assim na lei, não é pra derrubar um pé de juá, eles não querem que broquem, nem queimem, mas mesmo assim, a gente ainda broca um pouco, pouquinho, mas ainda broca. Como é

que a gente planta? Eles querem que a gente plante debaixo dos matos que nem canção. Não pode. Mas eles num querem que a gente derrube uma aroeira, eles não querem que a gente derrube esses paus grandes que é cheio no inverno, na área de preservação, mas mesmo assim, a área da preservação é tão bagunçada também. (Assentada F – Assentamento Frei Damião)

E quando indagados sobre como atuavam sem a ação das entidades e como se dava essa atuação revelaram que:

O costume bom aqui era como (com licença da palavra: era como bosta de doido), que é bagunçado, num sabe. Não tinha nada não, quando queria metia a cara, num queria escutar ninguém, era assim. Hoje tem uns que segue, e outros se danam e num segue. Diz que é dono dos lotes sem ter nada. Tem deles que não deram nem uma parcela e diz que é dono do lote, sem ter papel. Eu mesmo paguei umas parcelas, mas eu não digo que é meu, que eu não tenho o papel na mão, eu não comprei, estou pagando umas parcelas, mas não digo que compro, só digo uma coisa que uma coisa é minha quando eu compro e é meu, eu trabalhei. (Assentada F – Assentamento Frei Damião).

Nessas falas é recorrente o embate entre o saber historicamente construído no trato com a terra e a natureza dos assentados e uma lógica instituída pelas entidades e o poder público que impõe novas formas de lidar e atuar no meio. As mesmas revelam que há uma insatisfação em relação à atuação de algumas instituições que impõe novas formas de lidar com a terra, o que revela uma incompreensão em relação à nova lógica de convivência, bem como uma reação as mudanças para essa nova lógica. Assim, a atuação de algumas entidades parece ocorrer num campo minado e a possibilidade de homogeneização de práticas, construção de um *ethos* e identidade camponesa ou qualquer outra se apresenta como complexo. Ratificando esse embate entre o saber tradicional dos assentados e as novas tecnologias e as práticas colocadas pelas instituições, a coordenadora da CPT de Cajazeiras aponta que:

Primeiro eu acho que o homem, todo camponês precisa de informação, no modo de produzir, modo de viver o campesinato e na questão financeira. Se você tem terra, mas não tem financiamento é inútil ter a terra; e, se você tem financiamento e não tem conhecimento tecnológico, não precisa ser tecnológico no aspecto desenvolvimentista da revolução verde, mas o técnico, para você plantar palma, pequenos animais, criar galinha, ter toda uma lógica de

preservação e de produção, modo sistemático de criar o porco, bode, o boi, a galinha, mas ter todo respeito entre ambos, está a seu serviço, como a gente costuma brincar com os camponeses, você não pode ser garçom da vaca, a vaca tem que está a seu serviço. Então você não pode ser escravizado, a terra tem que ser pra libertar, mas felizmente a CPT e a CNBB está lançando este desafio e reflexão, de viver a terra e a água, muito a questão da preservação. Trazer pra si esse tripé: a terra, o conhecimento, o financiamento, sem os três você não consegue, porque você entregar a terra a um camponês sem ele ter financiamento e conhecimento vai ser inútil para ele, ele vai estar lá, mas do ponto de vista econômico ele não vai ter o sustento da família se não tiver conhecimento e financiamento. (Coordenadora da CPT de Cajazeiras).

A coordenadora não só revela esse embate entre saberes, mas uma intencionalidade, uma pedagogia nas ações da CPT no sentido de uma construção de uma prática, um *ethos* que ela aponta como camponeses. Assim, a mesma acena em suas falas a construção de um camponês que atende toda uma lógica de convivência, de produção, de manutenção de formas de atuar e agir no meio, não apresentando o camponês apenas como matéria física, como embate contra o capitalismo, a burguesia, mas um camponês que constrói maneiras de ser e viver que se faz pertencer e reconhecer aquele modo e práticas, não só os mantendo, mas os identificando no seio da diversidade.

Indagada se nos assentamentos há reação às novas tecnologias por parte dos assentados a depoente afirmou:

Olha já houve uma reação maior, porque a CPT nasceu pensando na agroecologia e aí a gente, no início do trabalho com os camponeses a reação muito mais forte foi negativa. Hoje não, nós temos 50% trabalhando a agroecologia, isso é muito, porque tudo é um processo, nunca você aprende tudo, você aprende é como aprender a dirigir, como motorista que não é perfeito, porque todo dia é uma aprendizagem. Pra nós essa questão do aprendizado é muito forte, nós temos famílias assentadas cerca de 50% que mesmo sem compreensão apropriada do Semiárido já fazem agroecologia e convivência com o Semiárido. (Coordenadora da CPT de Cajazeiras).

Diante desses discursos, percebe-se, novamente, que há um embate entre os saberes constituídos historicamente pelos assentados e uma lógica de convivência elencada pelas entidades que atuam nos assentamentos, bem como de outras entidades que defendem uma lógica voltada para o mercado como o Banco do Nordeste. Nessa

relação do que seja o assentamento para os assentados, os saberes historicamente constituídos no trato com a terra e os enunciados que lhes são perpassados por instituições e teóricos diversos e, como o assentado entende historicamente o que seja, que significado tem aquele espaço, se configuram também como um conflito entre assentados e os discursos que se instituem pelas entidades e que produzem, certamente, respostas distintas daquelas imaginadas por essas.

No entanto, esses discursos parecem ter uma pragmática para as entidades que os colocam como possibilidade de permanência, resistência dos assentados diante de mundo globalizado, buscando construir formas de existência e sobrevivência próprias para aqueles indivíduos, como colocado pela coordenadora da CPT de Cajazeiras e da CAAASP:

(...) Pra nós a questão da produção camponesa ela tem uma relação muito íntima a terra, água e o homem e nesse respeito mútuo entre ambos existe o trabalho da CPT da retomada da agroecologia, porque a agroecologia não é nova ela sempre foi praticada pelos índios, pelos negros, mas aí a revolução verde traz a química, traz as máquinas, não é que a máquina seja ruim, a gente também não tem esse atraso de achar que as máquinas seja ruim, mas que estejam a serviço dos homens e, não só homens a serviço das máquinas. É aí, nessa perspectiva, que a CPT vem retomando essa discussão a respeito do campesinato. (Coordenadora da CPT de Cajazeiras).

Nós temos projetos específicos com jovens para a convivência e preservação. Nós estamos sendo ousados com convênios com prefeituras, como as de Cajazeiras, Poços Dantas, Aparecida, Bonito de Santa Fé que a gente tem uma proposta de inclusão da convivência com o Semiárido no currículo escolar pra que essas prefeituras possam trabalhar isso no currículo, para que eduquem os filhos dos camponeses nessa perspectiva, porque aqui sempre teve gente e seca, porque o povo aprendeu a conviver aqui. Tem toda uma lógica de construção do diferente, com autonomia. (Coordenadora da CPT de Cajazeiras).

Nesses discursos, é perceptível que há a ideia de disciplinarização, através da educação, no sentido de construir um modo de vida específico para aquele espaço. No entanto, como revelam as falas, ainda há uma reação significativa por parte dos assentados, que como mostrado não compreendem a lógica, os manejos, ações que são orientados a exercer, contrariando os mesmos e atuando da maneira como historicamente aprenderam, numa relação distinta daquela proposta pelas entidades.

Dessa forma, contrariam-se os discursos de entidades e teóricos que consideram ser homogêneas sua atuação e a compreensão dos assentados em relação aos discursos que margeiam os assentamentos.

Nesse sentido, a coordenadora da CAAASP diz que:

Nós estamos discutindo em fórum, inclusive nós tivemos um fórum agora (...) a gente faz de três em três meses um fórum com as associações, a gente traz um coordenador e uma pessoa que não é da diretoria pra ter a visão do diretor e do povo, então a gente sempre teve essa discussão, temos duas assistentes sociais que trabalham a questão do associativismo e quando a gente chega no campo se depara com 15 ou 16 jovens que são filhos de assentados, inclusive adquiriram formação técnica conseguida em convênios fechados como entre o INCRA e algumas escolas agrotécnicas federais e aí na hora de se apresentar eles não querem, uma minoria, se apresenta assumindo que são filhos de assentados de reforma agrária. (Coordenadora da CAAASP).

Esses discursos revelam a tentativa de construção de formas de atuação política associativa que dá um tom de comunidade ao movimento e, indicam que há indisposição de alguns jovens que não se identificam com a aquela causa, movimento, comunidade ou não tem a compreensão da dimensão e importância do mesmo. Assim, os enunciados citados apontam conflitos identitários por parte dos jovens assentados, sobretudo no que diz respeito aos afastamentos operacionalizados por meio da educação escolar.

Contudo, dão a entender que não há, por parte dos assentados, uma compreensão de que a educação e a disciplinarização contribuem para sobrevivência e reprodução do movimento dos mesmos, possibilitando reelaborações na sua identificação, na busca de políticas públicas e de direitos. De acordo com essa compreensão, esses enunciados e conceitos postos por entidades diversas na construção e identificação dos assentados como camponeses intencionam ser vistos e entendidos na alternativa de:

(...) Construção de um novo espaço ordenado, em que as coisas voltem a ter um sentido, em que a verdade seja restabelecida, em que ser e dizer se encontrem. (...) Onde possa reencontrar a estabilidade, a tranquilidade, as imagens fixas e nítidas do mundo... (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2006, p. 232-234).

No entanto, a dialética das coisas e as falas dos assentados nos apontam que os assentados não só absorvem conceitos e elementos diversos, pois, os assentados e os assentamentos tem sua própria ordem de funcionamento que tencionam esses, construindo suas táticas, práticas e saberes próprios. Uma vez que:

O saber tradicional, um elemento da cultura do agricultor assentado, opera segundo uma lógica própria que nem sempre é percebida pelos atores externos (os “de fora”), como detentora de aspectos de uma sustentabilidade... (FERREIRA & SILVA, 2009, p. 11).

No entanto, esses valores, símbolos e representações são postos como possibilidade de identificação, que se concretizam, se solidificam na construção de uma identidade que “(...) É guiada pela lógica da racionalidade do objetivo (descobrir o quão antes são os objetivos que podem ser atingidos com os meios que se possui...” (BAUMAN, 2005, p. 55). Ainda segundo essa perspectiva, se institui uma maneira de ver e dizer que se elabora a partir dos elementos sociais, culturais, políticos, ambientais e econômicos que perpassam a vivência nos assentamentos e, que os gestam e instituem. Nesse sentido, o assentamento:

(...) Não é apenas o habitat, a região ou a área na qual determinado povo constrói as condições de sua vida. Pela ocupação e exploração desse espaço por parte do povo, ele se transforma num território que une natureza e humanidade. Com ele supera-se a visão naturalista tradicional da geografia (que vê a natureza sem as pessoas) e evoca-se uma visão dialética na qual o ser humano se identifica com o lugar, altera e cria o território como resultado da adequação de suas necessidades e desejos e a realização das condições de expansão da vida. Em outras palavras: através desse precioso conceito, recorreremos a uma noção na qual a terra se integra às pessoas e vice-versa, para expressar o lugar sociocultural no qual a vida se realiza em plenitude e no qual a humanidade abandona seu antropocentrismo para apresentar-se como agente e sujeito da criação de sua identidade... (OLIVEIRA, BORGES & FUMAGALLI, 2004, p. 56).

Assim, o assentamento está posto como fonte de significados e identidade que permite que práticas, discursos, saberes se consolidem, e possibilita que o assentado costure e construa sua forma de vida, maneiras de ser e se perceber na busca de “(...) Autenticar uma determinada identidade por meio da descoberta de um passado supostamente comum” (SILVA, 2008, p. 27), que consolide e identifique o mesmo

enquanto “camponês” para que possa permanecer e se reproduzir alimentando esses símbolos e valores e se instituindo enquanto sujeito. Nessa perspectiva, para Albuquerque Júnior o assentamento e a vida dos assentados:

(...) Compõem-se de fatos que, uma vez vistos, escutados, contados e lidos, são fixados, repetem-se, impõem-se como verdade, tomam consciência, criam “raízes”. São fatos, imagens, textos, que se tornam arquetípicos, mitológicos, que parecem boiar para além ou aquém da história, que, no entanto, possuem uma positividade, ao se encarnarem em práticas, em instituições, em subjetividades sociais... (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2006, p. 192).

Na busca de construção de espaços de reprodução e convivência esses símbolos, imagens, saberes, táticas e práticas,

(...) São agenciados e vinculados a um feixe de enunciados de um discurso político que os liga a uma totalidade político-social, a um assunto, a um mundo da representação. É uma pintura convencional, pois já nasce presa a figurar um real que é também uma convenção. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2006, p. 243).

Nessa realidade apresentada se tensionam os discursos, uma literatura que visa disciplinar os assentados para uma lógica de convivência e de mercado e as experiências historicamente constituídas, a partir do cotidiano, da tradição e nessa relação à fuga para outros horizontes e realidades se impõem e se colocam como “(...) Invenção para novos fins, ou seja, a garantia da perpetuação de privilégios e lugares sociais ameaçados.” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2006, p. 76).

Nessa teia de enunciados e práticas, que revelam o que significa o assentamento para os assentados, mas que a priori não revelam que o assentamento reproduza um modo de vida camponês, também verificamos todo um processo de coação, indução, coerção, educação, pra não dizer disciplinarização por parte das entidades, sejam com uma educação direcionada, com tecnologia, sementes, manejo e trato com a terra diferenciado dos moldes tradicionais, na relação com o meio, na politização, etc, indagamos até que ponto essas ações que se configuram como práticas discursivas incidem sobre a realidade dos assentados, fazendo com que os mesmos se percebam ou não como camponeses. Também questionamos se tais enunciados tem ambientado a construção de práticas ditas camponesas, bem como a construção de uma identidade

camponesa, tornando assim o assentamento um espaço de reprodução de um *ethos* camponês, como colocado em diversos discursos elaborados pelas entidades aqui analisadas. Na busca de respostas a essas indagações partiremos ao terceiro capítulo de nosso trabalho, onde desenvolvemos uma breve discussão a respeito dessas questões.

CAPÍTULO III. A instituição do “ser camponês”.

3.1. Discursos e entidades que disciplinam e instituem o “ser” camponês e as relações de poder e saber que os tensionam.

A História é produto da realidade em que vivem os homens, os quais, direta ou indiretamente, produzem-na todos os dias em suas tramas, relações de forças, poder, conflito, crenças, danças, ritos, guerras, cotidiano, etc., que dialeticamente vão se constituindo, numa lógica nem sempre compreensível, mas que nós seres racionais e sociais acabamos dando um sentido histórico, uma finitude, terminologia, que nos condiciona, equilibra, norteia no tempo e no espaço que nós mesmos elaboramos.

Historicamente os homens sempre buscaram codificar, convencionar, nominar as coisas e seres dando um sentido e uma temporalidade aos mesmos, buscando assim dominar, conviver, construir paradigmas, estereótipos e ideologias, que tanto serviram ou servem para sociabilizar, harmonizar à convivência, como para dominar, construir e reconstruir noções de tempo e espaço segregadoras dos indivíduos nas mais diversas formas.

Nessa ordem, as palavras e as coisas estão num constante embate que permite que as coisas aconteçam e se legitimem, e que institui práticas, maneiras de ser e agir, pensar, comer, vestir, caminhar, etc. Tal embate coage os indivíduos a se posicionarem diante da sociedade nos mais diversos espaços. Seja reagindo ou aderindo por meio de um processo discursivo que infere na formação social dos homens. Como confirma Silva “(...) O sujeito é produzido “como um efeito” do discurso e no discurso, no interior de formações discursivas específicas, não tendo qualquer existência própria...” (SILVA, 2008, p. 120). Diante disso, os sujeitos materialmente construídos passam por um processo de formação e disciplinarização discursivas que o materializam socialmente.

O homem enquanto sujeito social, como confirma Silva, se constitui e institui a partir de práticas discursivas diversas. Nesse sentido, o assentado, nosso objeto de estudo, também passa por um processo que acontece na relação que o mesmo tem com a sociedade e, particularmente, pela ação efetiva de algumas instituições que atuam nos assentamentos que direta ou indiretamente inferem na formação dos mesmos, na percepção de si e do mundo, de sua luta, seus objetivos, suas práticas, táticas e atuações.

Nas lutas que realiza, nas ações que pratica, o assentado está margeado pela ação de entidades como a CPT, a RESAB, o BNB, a CAAASP entre outras instituições que definem, orientam, disciplinam, propõem ações, manejos e atuações com a terra, com a natureza, com a comunidade de assentados, com o poder público, com o mercado e que possibilitam aos assentados viverem e atuarem social, política e culturalmente, uma vez que a atuação que essas instituições realiza, se configuram como uma ferramenta que os incita a lutar ao passo que constrói o lugar de onde o assentado pode ver, dizer, falar e perceber-se enquanto movimento e, também, permite que a luta pela construção de uma identidade seja contínua.

Nessa perspectiva, as relações de poder e saber que os assentados exercitam com essas entidades acabam por permitir a construção de um:

(...) Contínuo processo de identificação, no qual buscamos criar alguma compreensão sobre nós próprios, por meio de sistemas simbólicos e nos identificar com as formas pelas quais somos vistos por outros... (SILVA, 2008, p. 64).

Entidades como a CPT e a RESAB, por exemplo, têm em suas atuações uma pragmática própria para direcionar ações para assentados e outros movimentos. Essas ações se constituem de interesses e relações de poder diversos, que vão se elaborando e instituindo enquanto “verdade” para aqueles que necessitam de espaço, mas que também necessitam de ferramentas materiais e simbólicas para constituírem seu lugar ao sol, ou seja, o espaço para plantar, produzir e viver. Foucault aponta que essa vontade de “verdade”:

(...) É centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto econômica, quanto política)... (FOUCAULT, 1993, p. 13).

De acordo com essa compreensão, os discursos que margeiam os assentados nas diversas ações das entidades supracitadas, acabam por constituir uma pretensa “verdade” do que sejam os assentados, inferindo e induzindo dialeticamente sua formação enquanto sujeitos que, nas relações de forças tensionam os mesmos. Nestes termos, essas entidades anunciam em seus discursos serem os assentados “camponeses”, conceito que parece em desuso, mas que parece ter uma pragmática, e é margeado por

poderes e saberes que ajudam e catalisam a luta dos assentados por terra, se apresentando como marco e símbolo dessa luta em nosso país e no mundo.

Neste sentido, em relatório de atividades executadas pela CPT nos assentamentos no Alto Sertão da Paraíba, a CPT se refere aos assentados como camponeses, quando aponta que:

A sociedade civil organizada, especialmente no campo, está construindo novas sociabilidades no Semiárido, desconstruindo o paradigma da impossibilidade/ inviabilidade e buscando alternativas de convivência. Nesse processo dá-se o empoderamento das famílias camponesas na produção de novos saberes sobre e na relação com a natureza (...) Num processo de formação e continuada de homens e mulheres que, no trabalho constrói e experimenta tecnologias apropriadas e se transformam como homens e mulheres em cidadãos e cidadãs ativos, participativos, sujeitos de sua História(Relatório das atividades da CPT – Sertão – PB, 2005, p. 2)

A CPT confirma, pois, sua atuação sobre aquelas famílias que vivem nos assentamentos e que são definidas por meio de um *ethos* do “ser camponês”. Assim, aos poucos, as práticas e discursos da CPT em contato com os assentados, acabam por ganhar sentido e legitimidade e definir ações e posturas, que, conseqüentemente, podem ou não ganhar materialidade, de acordo com as relações de poder e saber que são exercitadas entre ambos.

Assim, as ações da CPT não se restringem apenas a ajuda na mobilização, mas na educação, plantio, forma de organização, que necessariamente apontam para uma categorização de uma suposta identidade camponesa, como mostra um relatório de atividades da CPT no tocante ao modo como os assentados devem plantar e desenvolver sua cultura:

A rede de cultivos ecológicos assessorados pela CPT Sertão/PB vem construindo e discutindo estratégias de produção, com os camponeses e camponesas interligando a discussão da economia solidária, do enfrentamento ao agronegócio e aos transgênicos. (Relatório das atividades da CPT – Sertão – PB, 2007,3).

Em entrevista feita a coordenadora da CPT de Cajazeiras ela confirma essa preocupação da CPT não só com o modo de produzir dos assentados, mas com a identidade camponesa dos mesmos:

Sim, a gente está reconstruindo esse modo de vida camponês. Tanto no aspecto da vivência com a terra, com a troca, tem toda uma vivência. Na cidade você vive no isolamento, no campo não, se alguém mata uma galinha é difícil alguém comer sozinho, se alguém mata um porco é difícil comer sozinho, é partilhado, esse é o modo de vida camponês, de comunidade (Coordenadora da CPT de Cajazeiras).

Nesses enunciados a CPT, seja por meio de relatórios, seja pelos discursos dos seus membros, se referindo ao modo de cultivo dos assentados propõe estratégias para aqueles que são caracterizados como camponeses e que devem ter um modo de produzir estratégico, voltado para uma lógica de sobrevivência e reação ao agronegócio e aos alimentos transgênicos, dando ênfase a um modo de produzir que tem a sustentabilidade e a preservação como metas, instaurando uma ética que se opõe ao capital.

A coordenadora da CPT, por exemplo, mostra a preocupação não só com a identidade camponesa, mas com uma relação harmônica com o meio e a preservação, bem como a maneira, o espírito de comunidade, de solidariedade que é característica dos assentados/camponeses. Em concordância com a CPT e dando legitimidade discursiva a esse conceito de camponês anunciado pela mesma, teóricos diversos defendem os assentados como camponeses:

(...) Os assentamentos de reforma agrária como parte dos territórios camponeses têm sido o espaço mais amplo de realização de projetos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), que nasceu em 1998(...) (FERNANDES, 2008, p.39). O surgimento dos movimentos sociais e a participação ativa da CPT a partir dos anos 1970 é um marco importante na consolidação da resistência dos camponeses e camponesas (...)A Comissão Pastoral da Terra quer entender, ouvir e sentir os clamores e angústias desse povo, celebrar suas esperanças, contribuir para que suas diversas formas de expressão sejam preservadas e ampliadas (OLIVEIRA, BORGES & FUMAGALLI, 2004, p. 61).

Esse cabedal discursivo produzido por esses teóricos que tem contato direto com os assentamentos e que também discutem essa categoria de sujeito acabam por ratificar essa categoria defendida pela CPT e outras instituições que estão a enunciar esse sujeito em suas ações, práticas e discursos. A CAAASP, que também comunga com essa tese, se define como:

Uma entidade constituída juridicamente e que representa os assentamentos que a constituem, funciona também como Fórum dos assentamentos (...) Representando uma grande conquista dos (a)s camponeses (...) No que se refere particularmente à organização, articulação e continuidade da luta na terra...(Relatório das atividades da CPT – Sertão – PB, 2005, p. 14).

A CPT também confirma essa compreensão em relação à RESAB quando afirma que:

(...) Nesse espaço de formação continuada, ensinando e aprendendo todos contribuem para a produção prática de diálogo de saberes, articulando o saber escolar e o saber produzido no cotidiano de produção da existência de caminhos da Reforma Agrária. Pensando, portanto a educação a partir do lugar onde moram, vivem e trabalham. Esse exercício tem exigido que professores e **camponeses** [grifo nosso], independente de sua condição reflitam juntos sobre a escola enquanto lugar privilegiado de produção do conhecimento e formação de cidadão e cidadãs críticos(a)s, participativos(a)s, capazes de intervir no tecido social...(Relatório das atividades da CPT – Sertão – PB, 2006, p. 15).

Nesse sentido, esses símbolos, imagens e discursos que caracterizam os assentados como camponeses tentam se positivar na medida em que são compreendidos e materializados como prática e maneira de ser, agir, pensar, ver e dizer pelos e sobre os assentados, pois como confirma Silva:

Os sujeitos são, assim, sujeitados ao discurso e devem eles próprios, assumi-lo como indivíduos que, dessa forma, se posicionam a si próprios. As posições que assumimos e com as quais nos identificamos constituem nossas identidades... (SILVA, 2008, p. 55).

Confirmando essa tese em relação de que os sujeitos são produtos do discurso, Oliveira, Borges & Fumagalli, assim também se referem ao espaço, ou seja, ao assentamento, a terra como:

(...) A terra é o acúmulo de discursos e, conscientes que guardam um jogo político e por isso, ela guarda a complexidade dos interesses e dos projetos do povo que aí vive. Por isso, pensar o território é pensar as identidades e diversidades do campesinato brasileiro (OLIVEIRA, BORGES & FUMAGALLI, 2004, p. 56).

Contrariamente a esses enunciados, porém, o BNB, que tem uma ação direta no campo e, com os assentados, tendo linhas de crédito específicas para os mesmos, assim os definem em uma de suas ofertas de crédito, considerando-os como público alvo: “**Agricultores familiares** (grifo nosso) assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou público-alvo do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)” (www.bnb.gov.br).

Nesses termos, diferentemente das demais entidades que atuam nos assentamentos, o BNB afirma serem, os assentados, agricultores familiares e não camponeses como enunciados pela CPT, CAAASP, RESAB, entre outras, tendo nesse conceito uma pragmática e uma lógica de convivência, mas também de mercado, de produção que tem metas, resultados, lucros previstos e, que vão contra o ideal de comunidade, solidariedade, sobrevivência do *ethos* camponês. Ratificando essa tese, em uma de suas ações e projetos, como por exemplo, o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) enuncia ser, o assentado um agricultor familiar:

O Banco do Nordeste, através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF atende os agricultores familiares com financiamento de custeio e investimento. Os negócios são realizados em parceria com instituições públicas e privadas, que são responsáveis pela elaboração de projetos e pela prestação de orientação empresarial e técnica aos agricultores familiares. (www.bnb.gov.br).

A coordenadora da CAAASP em entrevista também confirma a pragmática do conceito de agricultor familiar presente na política de crédito do Banco do Nordeste:

Então a gente tá procurando, já organizou essa terceira reunião que a gente faz com comunidades rurais, se colocando como agricultor familiar, que a gente precisa da DAP (Declaração de Aptidão agrícola) comprovando que é agricultor familiar pra vender esses produtos na merenda escolar e compra direta que são políticas públicas do governo federal. (Coordenadora da CAAASP, liderança do Assentamento Frei Damião e assentada).

Nessa fala, na Declaração de Aptidão Agrícola (DAP) que define que tipo de categoria de trabalhador o indivíduo se enquadra e que o torna apto a comercializar em alguns programas do Governo Federal, o assentado é considerado um agricultor

familiar. Existe certa pragmática nessa categorização, que não só insere o assentado na lógica de mercado, mas o legitima e institui nessa categoria, impondo-a de maneira vertical sobre os assentados, inviabilizando a visibilidade e dizibilidade do surgimento de práticas e modos de agir que não estejam pautados nessa identificação. Essa política vai de encontro a um processo de modernização e capitalização do campo, contrariando, como vemos, a lógica pensada por entidades e assentados, ainda que em algum momento ambas se entrecruzem, e que a lógica de mercado, instituída e considerada legítima se sobreponha às demais, de forma pontual.

Diante desse cabedal de enunciados, e dos paradoxos que eles apontam, os assentados são colocados ora como agricultores familiares, ora como assentados ou camponeses. Por isso, questionamos como os mesmos se percebem enquanto sujeitos e até que ponto o processo de disciplinarização discursiva que vivenciam os faz se definirem como camponeses ou agricultores familiares. Ainda problematizamos as possíveis práticas que estariam ou não legitimando, em seu espaço, essas pretensas identidades, como anunciadas nos vários discursos, uma vez que esses enunciados são marcados de relações de poder e saber e interesses diversos que entram em choque nas relações entre assentados e entidades, e que as pessoas e “(...) Cada espaço contém em si contradições e conflitos resultantes da relação entre sistemas de valores e interesses distintos...” (CARNEIRO, 1997, p. 2) sendo, pois, tensionados, gerando novas contradições que tanto alimentam como castram novos discursos, ações e práticas naquele espaço.

Diante do exposto, se faz necessário compreender como se dá o embate entre esses discursos das instituições, entidades e assentados no que diz respeito a identidade do assentado e aos sentidos que tais elaborações tem na vida e na atuação dos assentados.

3.2 O ASSENTADO/CAMPONÊS: TESSITURAS, TENSÕES, PODER E SABERES QUE O INSTITUEM

A sociedade em que vivemos, como já posto, é marcada por pluralidade, heterogeneidade, diversidade de toda ordem, de maneira que, tentar compreender ou mensurar qualquer objeto se configura no mínimo uma atividade difícil, conflituosa e

porque não, complexa. De outro modo, a diversidade de teorias e correntes historiográficas desnorteiam a realidade, tornando-a complexa, mas induzindo a caminhos e horizontes aparentemente traçados.

No entanto, a complexidade que envolve a natureza humana e a pesquisa acaba nos surpreendendo com a infinidade de possibilidades que nos cercam e nos embalam, fazendo-nos perceber que o humano sempre foge aos determinismos que margeiam a sociedade e, muitas vezes, acaba por seguir caminhos distintos daqueles antes determinados. Num primeiro contato com os assentados percebemos que a realidade no campo pouco mudou e que ainda apresenta problemas de toda ordem, que são, também, uma constante nos assentamentos, como apontam as falas de assentados, lideranças e membros de entidades quando indagados sobre os problemas que envolvem o campo:

É, você tá vendo que eu estou plantando agora, quer dizer, aqui se não tiver recursos pra mim aguar, se faltar chuva, fica difícil né? Você tá presenciando isso? Se não tiver um recurso que eu pudesse aguar, então seria esse, essa a parte. (...) Porque olhe, está certo que tem alguns que não tem lá essa coragem de trabalhar, mas tem muitos que tem coragem, mas não tem o recurso, entendeu? Porque a parte que foi feita, foi tirado a parte de investimento, não foi? Como tem um tio meu, que mora no assentamento, o lote dele é ali vizinho, do outro lado, e ele já pelejou pra cavar um cacimbão, tal, pra fazer um poço, mas não tem condição, ele já pelejou pra botar energia, mas não tem condição de botar energia, aí você vê, então, aqui no meu eu (...) gostaria do equipamento do poço, se eles equipassem aquele poço. Mas é bem pequenininho, não tem como aguar aqui, então eu reivindicaria nessa parte. (Assentado A – Assentamento Frei Damião).

Se houvesse união para trabalhar no coletivo, para trabalhar em prol da melhoria do assentamento. Tem aquele grupo que faz 2 ou 3, mas os outros são sem união, só querem fazer individual. Porque a gente é ciente que trabalhar no coletivo é difícil. O INCRA também não dá muito apoio, no começo dá, mas depois não. (Liderança do Assentamento São Francisco II).

Temos áreas que eles cobram muito a questão da água que é um pouco escassa, isso gera conflito, a questão da educação. Lidar com a gente não é fácil, a gente tem que está ministrando palestras capacitações, mas a gente vê lá no fundinho que tem jeito, depois de tanta luta estamos tentando minimizar, mas a questão da água gera conflito, os técnicos já dividiram as terras, porque sem dividir é um problema, então a gente demarca, porque falta água, é complicado. As escolas são poucas, nos assentamentos que tem escola, mas graças a Deus o ônibus está indo lá pra pegar as crianças, mas a gente está batalhando. Postos de saúde também são um problema, eles tem que eles que se deslocar, ir a até pra cidade. (Assistente social da CAAASP).

Mais políticas públicas voltadas para o campo, nós temos um problema muito grande que é a muita produção, mas temos problemas no escoamento da produção, existe muita burocracia, a gente vem há cinco, seis anos discutindo a questão do não uso do agrotóxico, mas quando você vai provar que não usa agrotóxico tem que ter um selo, esse selo é uma burocracia muito grande, porque o Ministério da Saúde, junto com a ANVISA, fornece esse selo, então isso complica a vida dos agricultores, então se houvesse políticas públicas de boas estradas, a gente sabe que ajeita a estrada hoje, amanhã a chuva tem acabado, mas que houvesse uma manutenção contínua das estradas pra, se não consegue vender em teu município, mas ia pra uma cidade mais próxima...(Coordenadora da CAAASP, liderança do Assentamento Frei Damião e assentada).

Nessas falas percebemos a diversidade de problemas que enfrentam os assentados e que são recorrentes em outras falas, revelando uma infinidade de problemas de toda ordem. Nesse contexto, uma pretensa campesinidade, posta em vários enunciados, parece ser superficial diante de problemas de toda ordem enfrentados no cotidiano. O uso do conceito de camponês parece ter uma pragmática para as entidades, uma vez que no nosso país o governo tem tido uma política voltada para atender grupos com categorias distintas, como os assentados, agricultores familiares, camponeses, quilombolas, trabalhadores urbanos, pescadores, entre outros, e a identificação contribui para a luta dos assentados, na busca de políticas públicas, enquanto movimento social, como mostram as falas das coordenadoras das entidades CAAASP e CPT:

Pra nós o campesinato ele não é atrasado, alias é o mais revolucionário que possa ter, porque trata a terra como ela deve ser tratada, não explora a terra da forma do uso do veneno dos agrotóxicos, e não, porque depois da revolução verde você vê a migração do povo camponês para a cidade, houve um inchaço das cidades com essa questão do avanço tecnológico. (Coordenadora da CPT de Cajazeiras).

Indagamos se a CPT enuncia para os assentados que eles são camponeses?

É discutida sim com eles, buscando a retomada da discussão da agroecologia juntamente com essa questão do campesinato e nessa perspectiva vamos(...) É tanto que é raro, muito raro, usar outra terminologia. Para nós, assentado não é categoria, fazemos o possível

para eliminar essa condição do assentado. (Coordenadora da CPT de Cajazeiras).

Desde o ano passado que a gente encampou uma luta no fórum das comunidades rurais para cada qual em seu município buscar melhorias. A gente sabe que é um direito nosso, as políticas públicas, mas muitas vezes os municípios negam. Essa semana mesmo, fomos para um fórum dia treze, reivindicando, e nos identificamos como agricultor familiar, porque nós temos o compra direta, temos o PNAE, que compra para a merenda escolar, há uns dois anos aí(...) Nós temos visto não está sendo cumprido. Os produtos tem sido comprados por outras pessoas que não são “agricultores familiares” como exigido, muitas vezes adquirido de Campina Grande ou de outros grandes mercados deixando o grande produtor, pra a mídia que a zona rural não produz... (Coordenadora da CAAASP, liderança do Assentamento Frei Damião e assentada).

Nessas falas percebe-se a preocupação das coordenadoras da CPT e CAAASP com a identificação dos assentados, bem como das práticas e manejos com a terra e a natureza e com a questão de como os mesmos devem ter uma relação com o meio. Nessa perspectiva, se tem uma intencionalidade enunciativa como tentativa de construção de uma categoria social comum que os identifique. No entanto, esses enunciados não apresentam homogeneidade, havendo contradição no tocante à categorização dos assentados. Em algumas falas, o termo assentado não é considerado como categoria, remete os assentados a condição de “camponeses” ou “agricultores familiares”, como forma de caracterizá-los, como exposto na fala da coordenadora da CPT, quando enuncia preocupação daquela entidade em manter presente o conceito de camponês para os assentados como forma de identificação dos mesmos e mudança de perspectiva social e econômica.

Todavia, para a coordenadora da CAAASP os assentados são agricultores familiares, considerando a lógica de mercado. Tal contradição revela a ausência de sintonia entre as entidades, seus membros e suas ações. Bem como a compreensão do que seja o camponês não é homogênea nos discursos elaborados pelas entidades, embora suas lideranças se apresentem como conhecedoras desse conceito.

As falas a seguir revelam essa ausência de compreensão que se tem em relação ao que seja um camponês, e do que diferencia um agricultor familiar de um camponês:

Você agora me pegou. Além da questão da DAP, o módulo fiscal, que é pequenininho, a forma de se organizar, tem todo (...) Eu não me aprofundi bem na questão do camponês, mas me aprofundi mais na questão do agricultor familiar e, não poderia lhe responder agora.

(Coordenadora da CAAASP, liderança do Assentamento Frei Damião e assentada).

Essas falas demonstram não só a incompreensão do que seja um camponês, mas como na tensão de forças o conceito de agricultor familiar instituído vai se tornando legítimo, compreendido e exercido pelas entidades e assentados nas mais diversas formas de representação e atuação que realizam. Esse paradoxo em relação à categorização dos assentados também é confirmado por outros membros de entidades e lideranças de assentados:

Sim, a gente tem a preocupação de lembrar que eles têm sempre que dizer que são assentados e filhos de assentados e se sentir e dizer nas escolas, onde anda que moram em assentamento, que faz parte da área onde mora. Eles dizem que são assentados, que são pequenos proprietários. Dizem também que são camponeses e agricultores(...) Acho que sejam nós agricultores, que trabalhador, que vive na luta da reforma agrária e, querendo uma reforma agrária melhor, que mude a reforma agrária. (Membro da CAAASP, liderança do Assentamento São Francisco II e assentada).

São assentados e trabalham com agricultura familiar (...) Mas eles não deixam de ser assentados, agricultores familiares(...) Como agricultores, eles são agricultores assentados. (Assistente social da CAAASP).

De acordo com essa compreensão, parece não haver uma pedagogia única entre as entidades e também seus membros, no tocante a compreensão conceitual dos assentados, sobretudo no que concerne a sua identidade. Também confirma não haver uma ação direta em relação a isso, como exposto em falas e documentos, ou se há essa ação, não há uma sintonia entre as entidades e seus membros, não possibilitando a construção de uma identidade camponesa, como revelado em vários outros enunciados expostos no decorrer desse trabalho.

No entanto, esses enunciados das entidades chegam até os assentados e, certamente, devem possibilitar reflexões e conflitos, uma vez que além destes tem o modo de vida e a compreensão que os assentados historicamente constituíram sobre eles mesmos e, que tensionam os enunciados por negociações diversas. Diante disso, indagamos aos assentados a compreensão que os mesmos tem sobre “ser camponês”. As falas são reveladoras:

É exatamente, né? Como camponês mesmo, por causa que eu vivo da terra, você vê que o meu sustento que eu tiro aqui, por exemplo, a gente tem umas hortaliças né? A gente vende uma parte, leva pra feira, o mel, como a gente fez essa semana, leva pra feira e, por isso, por eu viver daqui, da minha terra, do meu pedaço de chão, por isso eu digo que sou camponês, exatamente... (Assentado A- Assentamento Frei Damião).

Me sinto camponês e toda vida eu fui um agricultor, trabalhei sempre e aqui acolá, quando estava devendo muito nas bodegas, trabalhava as vezes de pedreiro, mas mesmo assim nunca deixei de plantar, tanto aqui como na região lá do Ceará onde eu morava, eu plantava como agricultor...(Assentado B – Assentamento Frei Damião).

Não, eu não diria um camponês, mas um cidadão de bem que tem direito a trabalhar, tudo que a gente trabalha, colhe e planta é da gente, não tem que pagar meia, nem terço a patrão, tudo que você plantar criar é seu. (Assentado C- Assentamento Santo Antônio).

Nessas falas, já há discrepância e uma compreensão diferenciada do que seja um camponês. Embora alguns se definam como camponeses, misturam com outros conceitos, como agricultor que tem uma construção histórica mais firme e presente na cultura sertaneja. Essas falas também apontam a compreensão que o camponês para os assentados não estaria relacionado apenas a um modo de vida, mas a questão da liberdade da terra e para trabalhar sem *“pagar meia, nem terço a patrão, tudo que você plantar e criar é seu.”* (Assentado C - Assentamento Santo Antônio). Além disso, percebemos durante a entrevista que mencionar o conceito de camponês para alguns parecia algo estranho ou pouco conhecido e quando perguntado se são camponeses apontaram:

É como eu sinto. Eu me orgulho por ser uma camponesa, até hoje não me arrependo, eu tenho 63 anos, mas não me troco por um dos meus vizinhos eu não me troco. (Assentada F- Assentamento Frei Damião).

Porque se a gente vive na agricultura, na terra, eu acho que é satisfatório. Eu sinto orgulho de ser assentada. (Assentada G- Assentamento Frei Damião).

Não, eu me acho um agricultor familiar. O camponês é aquele que trabalha para o consumo e o agricultor familiar para o mercado. (Assentado D - Assentamento Santo Antônio).

Eu acredito que aquele homem que vive da roça, que só planta milho e feijão, um agricultorzinho que só produz milho e feijão. O agricultor

atualizado com a nova agricultura é o agricultor da agricultura familiar, claro, agricultura orgânica que está revolucionando, não ao agrotóxico, que planta outras culturas consorciadas, não só arroz e feijão, mas mandioca, gergelim, outras culturas. (Assentado C – Assentamento Santo Antônio).

É o cabra da roça, né? O sertanejo é cabra da roça né? Na minha mente. Eu sou um analfabeto, não entendo bem não. Mas aí, o camponês é um cabra da roça, sertanejo, quer dizer, né isso? (Assentado E – Assentamento Frei Damião).

Nessas falas há compreensões distintas do que seja um camponês. Para alguns há a compreensão de que o camponês seria o agricultor atrasado, que produz apenas para o consumo e que não está inserido na lógica do capital, que vive e usa tecnologias “arcaicas” e não vivencia as mudanças tecnológicas que o campo está vivendo. Há também a compreensão de que a categoria agricultor familiar parece ser a comum e conhecida pelos assentados, revelando que na relação de força essa se impôs as demais. Ainda sim, há alguns que se definem como agricultores familiares e outros que se definem apenas como assentados, não tendo a compreensão ou pertencimento ao termo camponês. No entanto, no tocante ao agricultor familiar, não só as falas, mas a própria expressão dos assentados revela certo pertencimento a categoria agricultor familiar, entendido com inovador, revolucionário, que traz mudanças. Acredito que este pertencimento se revela por causa da política de crédito e os benefícios trazidos para a essa categoria, além de os conceitos de agricultor e camponês serem marcados pela ideia de muita luta e poucos ganhos econômicos e sociais.

Nestes termos, uma campesinidade nos assentamentos, como pensada e teorizada pelas entidades e teóricos analisados parece difícil e complexa, pois a realidade dos assentamentos nos tem revelado outras possibilidades, presentes nas próprias entidades, como mostram as seguintes falas:

Pra nós seria agricultor familiar camponês, porque você está construindo um conceito novo, pra você romper a questão da agricultura familiar, porque a agricultura familiar é salutar, ela é boa, porque é convivência da família com a natureza, mas ele não deixa de viver o modo camponês. Pra nós seria agricultura familiar camponesa. Agora, não é muito compreendido pelos camponeses, pelos agricultores do campo, porque aonde eles chegam há uma terminologia diferente, trabalhador rural, por aí você perde sua identidade para viver outra, pois mora na zona rural, porque você

mora na cidade e vai trabalhar no campo, vai trabalhar na zona rural não é nem campo e aí tem uma nova terminologia que é trabalhador rural e, pra nós ela não cabe, ela é, essa ligação homem com o campo, ela traz de novo essa construção dessa identidade camponesa, pra nós seria agricultura familiar camponesa. (Coordenadora da CPT de Cajazeiras).

Nessa colocação surge uma nova terminologia que considera não só o agricultor familiar, mas o camponês colocando-os numa mesma categoria e criando uma nova que visa “*romper a questão da agricultura familiar*” (Coordenadora da CPT de Cajazeiras), conciliando a convivência com o meio e a construção de um modo de vida específico que seria o camponês, instaurando maneiras e formas de ser que identificariam o assentado como camponês, contrariando o modo de conviver da agricultura familiar que se entende como boa, mas que através dela se “*deixa de viver o modo camponês*” (Coordenadora da CPT de Cajazeiras).

No entanto, como mostram os próprios depoimentos há uma incompreensão por parte dos assentados do que seria esse agricultor familiar camponês e que *modus vivendus* esse sujeito exerceria. Ainda sim, a coordenadora revela que nos vários espaços que o assentado frequenta e vivencia encontra, nas suas relações de sociabilidade, categorias sociais diversas e que definem o que ele deva ser enquanto sujeito historicamente datado. Essa compreensão dificulta cada vez mais a construção de uma identidade única por não haver homogeneidade discursiva em relação ao que seja o mesmo.

As falas da coordenadora da CPT ainda são significativas por revelar uma categoria de sujeito (o trabalhador rural). Essa categoria é resultado da luta dos trabalhadores no campo brasileiro na década de 1970, da luta das Ligas Camponesas entre outros conflitos, que acabam por conseguir a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, que passa a definir o trabalhador rural, diferenciando-o do trabalhador urbano, lhe concedendo direitos, mas o inserindo no mesmo contexto legal do trabalhador urbano, o que acaba por ser objeto de segregação daquele que historicamente vive no campo e não se adequa a uma nova ordem capitalista, “*novo mundo rural*”. Como posto nos discursos das lideranças, o conceito de trabalhador rural é utilizado por fábricas na contratação dos assentados para trabalhos diversos, complexificando a sua compreensão enquanto sujeito e permitindo que esse conceito esteja presente.

Os depoimentos da coordenadora da CAAASP também vão ao encontro dessa pluralidade de conceitos e categorias que margeiam os assentados, demonstrando como o conceito de camponês cada vez mais parece distante da realidade dos assentados:

Então a gente tá procurando, já organizou essa terceira reunião que agente faz com comunidades rurais e, como agricultor familiar que a gente precisa da DAP comprovando que é agricultor familiar pra vender esses produtos na merenda escolar e compra direta que são políticas públicas do governo federal. (Coordenadora da CAAASP, liderança do Assentamento Frei Damião e assentada).

Assim, essa pluralidade de conceitos, que se instauram e que se executam nas diversas ações das entidades sobre os assentamentos, acaba por possibilitar, nos assentados compreensões distintas e paradoxais. Com base nessa compreensão, indagamos sobre o que seria ser um camponês:

Talvez eu não tenha entendido bem, a parte de camponês, mas agricultura familiar é viver em família, é justamente tirar seu sustento da própria família, com a própria família com o fruto do trabalho familiar, então, nisso inclui no campo, eu acho que assim agricultura familiar, é pra aquele que vive no campo. (Assentado A – Assentamento Frei Damião).

Eu da minha parte que eu gosto muito da agricultura, eu acho muito bom, e sei que para o camponês as coisas não são muito fáceis que nem para outras pessoas, mas é muito bom, o cabra vive livre, pelo menos vive livre, não tem ninguém pra mandar na gente, eu acho muito bom da minha parte. (Assentado B- Assentamento Frei Damião).

A compreensão dos assentados do que seja o agricultor familiar e o camponês, mostra uma concepção apriorística, que se elabora com base apenas no que os próprios nomes apontam. No tocante ao camponês, se tem a compreensão já revelada em outras falas, que o camponês seria atrasado, a partir da idéia de que pelo fato de não conviver com o avanço tecnológico “*para o camponês as coisas não são muito fáceis que nem para outras pessoas*”... (Assentado B- Assentamento Frei Damião), contrariando a compreensão das entidades de que o modo de vida “camponês” seria revolucionário, bom e catalisador de mudanças, no sentido de construir uma solidariedade, comunidade

entre os mesmos. Essa incompreensão se revela em outras falas dos assentados quando nós perguntamos se havia diferença entre um agricultor familiar e um camponês:

É (...) a mesma coisa, eu acho que seja a mesma coisa. (Assentado A – Assentamento Frei Damião).

Não há, eu não vejo diferença não, bom, pelo menos, bom, o camponês que vive só, que trabalha só, aí é outra coisa, mas aquele que trabalha na família...” (Assentado A – Assentamento Frei Damião).

É tudo assentados, e isso aí inclui tudo, não é? É inclui essa parte de agricultura familiar, e camponês, e (...) é, bom eu entendo assim né? Para que os que moram aqui, que moram no assentamento são camponeses de agricultura familiar. (Assentado E – Assentamento frei Damião).

Eu acho que é, né? Sei lá eu não entendo bem não, eu sou analfabeto. Pra mim eu acho que é a mesma coisa, né? (Assentado E – Assentamento Frei Damião).

Diante desse leque de enunciados evidenciados, compreendemos que os assentados não se consideram apenas camponeses. Há uma diversidade de categorias presentes em suas falas, das entidades, lideranças e membros de entidades e instituições, revelando não haver consenso discursivo em relação ao que seja camponês pelos mesmos. Evidenciamos também que os assentados estão mais sintonizados com o conceito de agricultor familiar pelo fato de que a agricultura familiar parece ter uma pragmática para os mesmos e que a categoria de agricultor ainda está presente, pois é parte do processo histórico que vivenciaram antes de sua chegada aos assentamentos, onde não tinham a assistência do BNB, nem atuação tão intensa da CPT, CAAASP entre outras. Assim, a categoria histórica agricultor ainda surge como possibilidade identitária, mesmo que a categoria agricultor familiar apresente maiores ganhos econômicos e sociais e tenha sido instituída, como forma de substituição da primeira, no ano de 1996 pelo Governo Federal.

Foi recorrente, ainda, que a atuação das entidades está em constante conflito com as práticas historicamente construídas pelos assentados e que essa atuação é tímida e pouco tem ambientado tais práticas, por haver compreensões distintas destas, levando a atuações diversas por parte dos assentados. Foi perceptível que há uma intencionalidade de disciplinarização por parte das entidades, mas que não são homogêneas e materializadas pelos assentados. Dessa forma é compreensível que a

atuação das entidades tem influenciado, norteado as práticas dos assentados, mas não tenha permitido a construção de um *ethos*, nem identidade camponesa, nem outra categoria, pois a prática não é homogênea, nem é assim compreendida pelos assentados.

Diante disso, se confirma que o assentamento não tem se constituído como *locus* de reprodução de uma identidade camponesa. Embora as entidades e teóricos elenquem em discursos diversos e busquem a construção de um modo de vida diferente dos demais espaços, que se construa um ambiente de comunidade e solidariedade como revelado nas diversas falas aqui analisadas, não se configura, se comparado com os conceitos enunciados nos assentamentos, um modo de vida camponês, mas apenas um modo de vida que tem a convivência e sobrevivência com e no meio como metas, que se tem visto nas diversas ações de outras entidades como a ASA (Articulação do Semiárido), RESAB, entre outras entidades que atuam no Semiárido.

Compreende-se, ainda, que se há uma vontade por parte das entidades que assentados sejam camponeses, teria que se repensar as práticas e atuação sobre os mesmos, direcionando-as neste sentido. Mas, como revelado, a variedade de problemas que os assentamentos enfrentam torna essa atitude superficial, complementar. Ainda que o conceito de camponês, como algo que identifica o assentado seja parte da luta pela terra é posta como algo necessário. Neste sentido, as coordenadoras da CPT e CAAASP enunciam práticas a serem exercidas:

Nós temos uma qualidade de vida boa porque produzimos sem veneno e o que comercializamos é o excedente, não deixa de comer ovo de galinha para vender. Não está na lógica do camponês você produzir para vender, trocar sua galinha de capoeira por frango e a gente trabalha assim. Eu tenho uma entrevista de um camponês lá de Bonito de Santa Fé em que ele diz que o que a CPT ensinou pra gente é, que tem primeiro que alimentar a família, depois alimentar os vizinhos, depois as comunidades mais próximas e depois vai pra mais longe, então não é uma lógica mercantilista, é uma lógica de sustentabilidade (...). Nossa lógica não é mercantilista é a da troca, se você não precisa do arroz que produz então há uma troca, embora não dá pra fazer como antes em que você trocava as mercadorias, porque isso aí não cabe mais na nossa lógica, mas até que a gente troca entre si, por exemplo, troco ovo por leite com minha vizinha, isso ainda acontece, não dá pra viver assim, agora na lógica mercantilista também não, a nossa lógica é de construção de uma perspectiva nova. Nós temos lá em casa coentro, então se tira pra comer, o resto a gente vende, mas a nossa produção não é mercadoria, ela está na lógica da sobrevivência, a gente pode até plantar pra vender, mas nunca vai deixar de ter pra comer, primeiro alimentar a família pra depois suprir as outras lógicas (...) Porque a gente trabalha essa lógica e retomada fazendo uma discussão do campesinato na lógica de uma construção de uma

sociedade nova, utópica, e que todos possam ter vida, não explorando o outro, pode ser idealista, mas a gente vai buscando conseguir. (Coordenadora da CPT de Cajazeiras).

Camponês eu entendo que seja aquela pessoa que tem a sua autonomia, mesmo a gente estando atrelado ao INCRA por um contrato de moradia, por um contrato de assentamento, a pessoa que tem a liberdade dentro da sua área. É claro que obedecendo ao meio ambiente, as regras, em busca de melhorias, de créditos, para fazer da sua parcela da forma que sonhou, que vem a cabeça, criando as condições para que a vida, o assentamento se desenvolva. (Coordenadora da CAAASP, liderança do Assentamento Frei Damião e assentada).

Essas falas enunciam toda uma prática que deve ser vivida e/ou exercida pelos assentados em seu *modus vivendus* específico, voltado para a sobrevivência e a convivência, contrariando uma lógica de mercado. A partir dessa compreensão a ideia é que se possa desconstruir a lógica da vivência cotidiana vinculada à ética capitalista que torna tudo mercadoria, com metas e manejos para atingir objetivos almejados e que não comungam com o modo de vida apontado pela entrevistada.

Revelam, ainda, a dificuldade que se tem para exercer essa prática ou modo de vida camponês “diferenciado”. Prática “*Utópica, em que todos possam ter vida, não explorando o outro, idealista, mas que a gente vai buscando conseguir*” (Coordenadora da CPT de Cajazeiras). Esquece-se, com isso que, muitas vezes, necessita-se do mercado que esse discurso luta para desconsiderar, mostrando convivências, ora harmônicas, ora conflituosas, negociáveis, que acabam por possibilitar a existência do movimento dos assentados como “diferentes” e, simultaneamente, serem reveladoras da tensão de forças entre práticas e exercícios de poder que os heterogeinizam, dificultando sua instituição, identificação e mensuração homogênea no seio dessa diversidade.

Diante do exposto, não há um consenso sobre que categoria social seja identificadora dos assentados, embora se perceba que a categoria agricultor familiar é a mais presente e a que caminha no sentido de construir uma identidade mais compartilhada, pois, os assentados, se apropriando desse conceito que lhes é imposto também o enunciam como útil. Neste sentido, os assentados são: “(...) Um efeito do poder e, simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, (...) Seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constituiu” (FOUCAULT, 1993, p. 185-186).

A luz dessas questões, entendemos que o conceito de agricultor familiar, por ter uma utilidade maior, sobretudo nas relações viabilizadas pelas políticas públicas, aos

poucos vai se instituindo, e se legitimando, entre os assentados, em detrimento das outras categorias. Assim, compreendemos que essa variedade de categorias que margeiam os assentados são elaboradas nos embates e correlações de forças evidenciadas pelas condições de produção desses discursos, de acordo com as relações de poder/ saber que os potencializam, podendo

(...) Significar o ponto de encontro, o ponto de sutura, entre por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos “interpelar”, nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode “falar”...(SILVA, 2008, p. 112).

Assim, uma pretensa identidade “camponesa”, como forma de categorizar os assentados é algo complexo de se concretizar, não permitindo que cheguemos a conclusões ou terminologias, mas nos possibilitando outras discussões e nos levando a outras indagações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A História, enquanto produção humana sempre foi e é passível de erros, de críticas, de inovações, reelaboraões que a tornaram e a tornam cada vez mais complexa. De uma forma ou de outra, a História está presente e interfere em nossas vidas nas mais diversas maneiras, nos induzindo e norteando no tempo e no espaço, nos dando as compreensões das coisas, permitindo que haja sentido e finitude, ainda que críticos já não defendam essa postura.

No entanto, mesmo que em meio a críticas e crises diversas que se misturam com as nossas, a História tem o poder de induzir, de encantar, mas principalmente de revelar, de tornar compreensível, mensurável, apreensível aquilo que nos rodeia, que às vezes parece óbvio, ora parece obscuro, mas consegue dar luz, permitir que mundos nos sejam revelados e levem a construção de outros mundos num processo dialético, permitindo que o movimento continue e que o mundo e as coisas não parem. Assim, nossa pesquisa, embora norteada por conceitos, preceitos, valores e enunciados diversos, pôde ser reveladora de uma realidade que, a princípio, parecia consenso,

simples, mas que aos poucos foi se mostrando complexa, difusa e distinta daquela imaginada pelos olhares instituídos, caminhando na perspectiva que é típica do homem, fugindo aos determinismos, homogeneização, alienação que nos rodeiam e condicionam.

A luz dos teóricos que trabalhamos que discutem a identidade, entendemos que este conceito se materializa não só a partir de práticas discursivas e experiências comuns que são vivenciadas por um grupo, mas que depende de todo um processo histórico que demanda tempo para que se torne comum, consensual, reconhecido por um grupo que passe a enunciá-lo como parte de sua cultura e História. No caso dos assentados, embora o processo de luta pela terra no Brasil já tenha quinhentos anos e, a Paraíba tenha sido, historicamente, palco atuante dessa luta, o movimento dos Sem-Terra, do qual os assentados não deixam de ser uma vertente, iniciaram sua instituição na década de 1980. No caso dos assentamentos pesquisados, que tem em média cinco a dez anos, a construção de uma identidade não se apresenta consolidada. O que temos presente é uma variedade de categorias que os mesmos elaboram, ou acolhem, na medida em que realizam transações diversas de acordo com interesses diversos.

Neste sentido, dos questionamentos feitos durante a graduação, quando da nossa pesquisa no PIBIC, da relação que vivemos nos assentamentos, surgiram os questionamentos aqui postos, que acabaram por nos revelar uma realidade distinta daquela imaginada por teóricos, entidades e por nós mesmos no início da pesquisa. Assim, a partir da análise dos dados, pudemos chegar a algumas respostas.

No tocante ao estudo dos assentamentos, num primeiro momento pudemos compreender que os assentamentos ainda passam por uma série de problemas de toda ordem, como assistência deficiente por parte dos órgãos responsáveis, como o INCRA, EMATER, ANVISA, bem como sua ação está em descompasso com a realidade dos assentados, que muitas vezes não compreendem a atuação dessas instituições.

Evidenciamos também que a atuação do Poder Público nos assentamentos também é tímida, apresentando problemas com transporte escolar, postos de saúde, assistência jurídica, serviços de água, esgoto, pavimentação, asfaltamento, energia elétrica, revelando que a questão agrária no campo ainda engatinha, e que pouco mudou, ainda que tenha havido investimentos diversos, o que denota que essa questão tem dimensões maiores do que os investimentos feitos. Nessa primeira análise já é conclusivo que o conflito no campo, que é histórico, ainda é uma constante e que sua solução ainda levará muito tempo e discussão.

Buscando compreender os assentamentos como espaço de reprodução e instituição de um *ethos* camponês, evidenciou-se que na prática a teoria é outra. Distante do que pensam teóricos e entidades o assentamento não se constitui como *locus* de reprodução do camponês. As falas foram reveladoras de problemáticas distintas. Na verdade o assentamento tem se constituído, sim, um espaço de libertação da condição social, política, econômica e cultural dos assentados, que tem feito do mesmo uma comunidade, uma fortaleza, onde garantem sua sobrevivência e de sua família e adquirem condições para que tenham uma perspectiva de futuro para eles e sua família, sendo porta de entrada para que os mesmos possam reconstruir sua História tão marcada por sofrimento e exclusão e que agora apresenta novas possibilidades de outros horizontes. Ainda que isso se apresente como difícil, pois como confirma a coordenadora da CPT de Cajazeiras:

O assentamento deve ser antes de tudo uma comunidade, porque fazer um assentamento é fácil, mas construir uma comunidade é difícil e a nossa tese é construir a comunidade, o assentamento é só uma consequência, o que a gente quer é a comunidade e, sem o modo de vida camponês não é capaz de realizar. (Coordenadora da CPT de Cajazeiras)

Nessa perspectiva, a construção de um *ethos* camponês no espaço dos assentamentos se faz necessário para a existência daqueles. Contudo, apesar da necessidade de instituição de uma comunidade, foi possível compreender, nos assentamentos pesquisados, que o ideal de comunidade também é algo complexo de se concretizar, pois os interesses são diversos e muitas vezes irreconciliáveis, se tornando como a própria depoente aponta, de difícil construção.

Foi perceptível que há por parte das entidades estudadas um processo de tentativa de disciplinarização dos assentados na perspectiva de construção de um espaço camponês nos assentamentos. No entanto, compreendemos que não há uma pedagogia única entre as entidades e seus membros, nem uma sintonia no tocante as práticas a serem exercidas pelos assentados, bem como, não há consenso na concepção conceitual do que sejam os assentados, gerando compreensões diversas que vão contra a uma homogeneização que possa gerar a construção de uma identidade camponesa, como imaginada e enunciada nos vários discursos.

Na discussão e nos dados coletados que obtivemos em relação à questão da identidade, por exemplo, compreendemos que a identidade, como o conceito de pós-modernidade são conceitos complexos e distintos e que se apresentam de maneiras diversas em cada espaço. Neste sentido, a identidade apresenta possibilidade de homogeneização e coerção social, mas é algo relativo, pois se refere a práticas humanas, muitas vezes imensuráveis. Fogem aos determinismos e inferências que lhe possam ser impostos, apresentando possibilidade de homogeneização e pertencimento através de negociações e relações de poder dialéticas que nem sempre produzem a identidade “imaginada” por quem a elabora ou conceitua.

Evidenciamos que a identidade pode ser uma ferramenta que incita e contribui para a luta, mas que essa está sempre em constante conflito com os que a compõe, sendo, pois, sempre reformulada a luz de outras práticas e experiências vivenciadas. No caso dos assentados aqui trabalhados, como confirmado, há identidades diversas que se constroem nos mais diversos espaços que frequentam, não apresentando práticas discursivas nem experiências homogêneas, comuns.

Nos discursos analisados embora haja certa homogeneidade entre as entidades em relação a serem os assentados camponeses, as falas de membros das entidades são contraditórias, revelando uma multiplicidade de categorias e conceitos e uma incompreensão do que seja um camponês, havendo, pois, uma maior compreensão do que seja um agricultor familiar, conforme definido pela instituição BNB. Mais que isso, o conceito de agricultor familiar parece ser reconhecido, enquanto se estranha o conceito de camponês. A categoria agricultor familiar apresenta certa pragmática para entidades e assentados que realizam transações diversas com ela e são disciplinados a usá-la como aquele conceito que se apresenta como pré-requisito para terem acesso a diversos recursos. No entanto, embora alguns se mostrem identificados com aquele conceito, foi perceptível que tal relação é apenas pragmática, sendo a possibilidade de construção de uma identidade complexa, pois como confirma Silva, “(...) As identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós” (SILVA, 2008, p.112), estando, pois, sempre sujeitas a mudanças e negociações num processo dialético de forças e interesses diversos.

Nesse descompasso de ações e conceitos realizados pelas entidades e seus membros, foram enunciados que os assentados são “camponeses”, mas também “agricultores familiares”, “agricultor familiar camponês”, “trabalhadores rurais” e “agricultores”. Nestes termos, a construção de um *ethos* camponês não se apresenta

como possível, pois essa incompreensão do que seja o assentado e a variedade de conceitos enunciados vão contra um ideal de homogeneização e construção de uma identidade, muito menos camponesa.

As falas dos assentados também dão conta de discrepâncias diversas entre as ações de entidades, os discursos e suas práticas. Apreendemos que há compreensões diversas de como os assentados se percebem, sendo que alguns se definem como camponeses, outros como agricultores, cabra da roça, agricultor familiar, não havendo consenso nem homogeneidade na compreensão do que sejam, revelando que o processo de disciplinarização das entidades não tem incidido com eficácia sobre os mesmos, os quais tem reagido a essa disciplinarização, apresentando também suas próprias maneiras de se perceber, ver e dizer.

Foi recorrente também que esse processo de disciplinarização que as entidades desenvolvem não se restringe apenas a enunciar conceitos, mas na construção de toda uma pedagogia para os assentados no tocante a relação com o meio, o trato com sementes, cultivo, politização, organização, alimentação, etc. Todavia a pedagogia utilizada, também para estes outros aspectos, não apresenta os resultados esperados. Como revelam as falas, há um embate entre as propostas das entidades no que diz respeito às práticas a serem exercidas pelos assentados e a percepção e a execução dessas pelos mesmos. O que se evidenciou foi que há insatisfação e recusa a exercer tais práticas por parte de alguns assentados, pois, estes consideram suas práticas historicamente construídas melhores e mais exercitáveis, enquanto que as das entidades parecem não compreender sua aplicabilidade e sua lógica, havendo, pois, paradoxalmente aceitação e recusa, se configurando uma relação dialética, pois os assentados têm suas próprias práticas. Essas atitudes corroboram com a ideia de que “(...) Os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão...” (FOUCAULT, 1993, p. 183).

Nestes termos, há embate entre saberes e poderes, que vão contra um consenso, unidade, sociabilidade que possam instigar, incitar a construção de um *ethos* comum, que identifique os assentados e de uma identidade camponesa ou outra que possa se estabelecer, se instituir e ser exercida pelos mesmos.

Diante do exposto, procuramos compreender que categorias esse embate estaria propiciando. Se de fato teríamos agricultores familiares, camponeses, agricultores, etc.

As falas evidenciaram que os assentados não só não se definem como camponeses, como não identificam que categoria social são, nem compreendem bem o conceito de camponês, para muitos estranho. Houve falas que revelaram que alguns assentados não distinguem um camponês de um agricultor familiar, considerando serem a mesma coisa, bem como não sabendo definir o que é um camponês. Essa incompreensão também foi revelada pelos próprios membros de entidades, o que demonstra que o termo camponês é pouco exercitado por entidades, membros e assentados, ainda que haja inferência na construção dessa categoria. Porém, a diversidade de problemas que envolvem os assentamentos torna essa inferência secundária, colocando-a como marginal em meio a tantos outros problemas que necessitam de um parecer dessas entidades que trabalham com poucos recursos e na filantropia e voluntariedade de pessoas e instituições.

Portanto, a pesquisa que ora desenvolvemos nos levou a compreensão de que a identidade deve ser considerada plural, pois se estabelece circunstancialmente nas relações de poder, a partir de negociações diversas realizadas dentro de um contexto de espaço e tempo constantes e da troca de experiências nesses. Assim sendo, aos poucos, podem-se materializar tantas identidades quantas forem possíveis nas negociações cotidianas.

Desse modo, a construção de uma identidade passa necessariamente por todo um processo histórico de elaboração, tendo referenciais, marcos que a norteiam na sua consolidação. No caso dos assentados, estes não vivenciam práticas discursivas e experiências comuns recorrentes. O que se verifica é uma variedade de discursos, práticas e sujeitos que vivem e perpassam os assentamentos, tendo, inclusive, indivíduos que vivem no assentamento e trabalham na cidade, exercitando atividades diversas das dos demais indivíduos. Outro exemplo é a educação escolarizada que também é disponibilizada na cidade, o que já proporciona o contato com outros espaços, práticas e discursos que, em conjunto, aos poucos vão tirando a sintonia de um único tom que constituiria uma “identidade” homogênea.

Diante do exposto, esse trabalho foi recorrente e necessário ao revelar dados da realidade dos assentados, das entidades, instituições e agentes que atuam naqueles espaços, permitindo ter um olhar mais aguçado sobre os mesmos, revelando contradições e problemas que agora evidenciados surgem possibilidades de resolução, acenando para o redimensionamento de práticas, discursos e atuações que possam ser executadas e exercíveis nos assentamentos no sentido de se chegar a outros objetivos

traçados que possam comungar o ser, o dizer, o viver, o ver num mesmo discurso e prática que identifique e mantenha a luta pela terra no Alto Sertão Paraibano.

Nesta perspectiva, esperamos ter contribuído com o debate a respeito das temáticas propostas, possibilitando desconstruir paradigmas e pré-conceitos que se tinham sobre as mesmas e viabilizando outras compreensões, pois,

É improvável que qualquer modelo com base num único fator seja capaz de dar conta da complexidade do “mundo em que se vive” e abranger a totalidade da experiência humana... (BAUMAN, 2005, p. 40).

Isso nos instigou e instiga a busca de meios que nos revelem respostas e novas indagações a essas e outras questões que certamente surgirão, mas que é parte do processo daqueles se propõem a estudar o homem e suas experiências, enriquecendo campo teórico na compreensão desses, na tentativa de mensurá-los em sua diversidade e natureza, que nos é peculiar enquanto humanos.

REFERÊNCIAS:

ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz. **As malvadezas da identidade**. Disponível em: http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/artigos/segunda_remissa/malvadezas_identidade.pdf. Acessado em: 09-10-2008.

_____. **Diversidade Cultural: diálogos e desafios**. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/index2.htm>. Acessado em 09-10-2008.

_____. **A Invenção do Nordeste e Outras Artes**. 3. ed. Recife: FJN, Ed. Massangana: São Paulo: Cortez, 2006.

AZEVEDO, Fernando Antônio. **As Ligas camponesas**. RJ: Ed. Paz e Terra, 1982.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: Entrevista a Benedetto Vecchi**; tradução Carlos Alberto Medeiros- Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BERNARDI, Luciano. GALLAZZI, Sandro. MALVEZZI, Roberto (Orgs). Como Ser CPT Numa época de Desmontes e Desconstruções. In: **Anais do III Congresso Nacional da Comissão Pastoral da Terra: Biomass, Territórios e Diversidade Camponesa**. CPT- Goiânia, 2010.

BNB; **Aplicação PRONAF/Grupos e Linhas**: Posição Julho de 2010. Disponível em www.bnb.gov.br. Acessado em 20.03.2011.

BURSZTYN, Marcel. **O Poder dos Donos: Planejamento e clientelismo no Nordeste**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

CARDOSO, Fernando Henrique. "Prefácio". In: GRAZIANO NETO, Francisco. **A tragédia da terra: o fracasso da reforma agrária no Brasil**. São Paulo: IGLU\FUNEP/UNESP, 1991.

CALDART, Roseli Salette. Sobre Educação do Campo. In: SANTOS, Clarice Aparecida.Org. **Por Uma Educação Do Campo**. INCRA/MDA, Brasília, 2008.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. In. **Anais do XXXV Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia e Economia Rural**, Natal, agosto, 1997.

CASTELLS, Manuel. **O Poder Da Identidade**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1942.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. 1- Artes do Fazer. 7. ed. RJ: Vozes, 2002.

CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. 2. ed. RJ: Forense Universitária, 2002.

CPT- Sertão – Cajazeiras- PB. **Relatório das Atividades da CPT – Sertão – PB, 2005**.

_____. **Relatório das Atividades da CPT – Sertão – PB, 2006**.

_____. **Relatório das Atividades da CPT – Sertão – PB, 2007**.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Educação do Campo e Território Camponês no Brasil. In: SANTOS, Clarice Aparecida (Org). **Por Uma Educação Do Campo**. INCRA/MDA, Brasília, 2008.

FERREIRA, Eduarda de Lima; SILVA, Elton Oliveira da. Assentamento Rural em Região Semiárida: Alternativas de Manejo Sustentável no Projeto Serrote Agudo. IN: **XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária**, São Paulo, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas Jurídicas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. NAU, 2003.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo, Loyola, 1999.

_____. **Microfísica do Poder**. Organização e Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1993.

FUMAGALLI, Dirceu. OLIVEIRA, Jelson. BORGES, Wilton (Orgs). A diversidade Camponesa: um desafio para CPT. In: **Anais do III Congresso Nacional da Comissão Pastoral da Terra: Biomas, Territórios e Diversidade Camponesa**, 2004.

GOELLNER, Silvana V. A Produção Cultural do Corpo. In: LOURO, Guacira; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana V. (Orgs.) **Corpo e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis - RJ: Vozes, 2003.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. 11. ed.- Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. MARQUES, Marta Inez Medeiros. **O Campo no Século XXI: Território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo. Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 20. ed. São Paulo. Editora Brasiliense, 1987.

SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart ; WODWARD, Kathryn (Orgs). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 8. ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2008.

SANTOS, Clarice Aparecida (Org.) **Por Uma Educação Do Campo**. INCRA/MDA, Brasília, 2008.

SANTOS, Jair Ferreira dos. **O que é Pós-moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SIMONETTI, Mirian Claudia L.. **A longa caminhada: (re)construção do território camponês em Promissão**. São Paulo: USP, 1999 (tese de doutorado).

SIQUEIRA, Ruben. Congresso: A CPT nas Encruzilhadas e Caminhos dos Povos do Campo. In. CPT (Org.). **III Congresso Nacional da Comissão Pastoral da Terra: Biomas, Territórios e Diversidade Camponesa**. CPT: Goiânia, 2010.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. Caxambu, 1996. (texto apresentado no XX Encontro Anual da ANPOCS, GT 17- Processos Sociais Agrários).

WOORTMANN, Klaas. **Com parente não se neguecia: o campesinato como ordem moral**. In. Anuário Antropológico/87, p. 11-73. Brasília/Rio de Janeiro, EDUNB/Tempo Brasileiro, 1990.

POLLAK, M. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos históricos, Vol. 2, n. 3, 1989.